

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
LETICIA WOSS

**A REGIÃO DO GUARAGUAÇÚ COMO ALTERNATIVA DE PRODUTO TURÍSTICO
PARA PONTAL DO PARANÁ**

CURITIBA
2008

LETICIA WOSS

**A REGIÃO DO GUARAGUAÇÚ COMO ALTERNATIVA DE PRODUTO TURÍSTICO
PARA PONTAL DO PARANÁ**

Trabalho de Graduação apresentado à disciplina de Orientação e Supervisão de Estágio e Projeto de Turismo em Planejamento e Gestão II, como requisito parcial para conclusão do Curso de Turismo - ênfase Planejamento e Gestão de Turismo em Áreas Naturais, do Departamento de Turismo, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Luciane de Fátima Néri.

CURITIBA

2008

TERMO DE APROVAÇÃO

LETICIA WOSS

A REGIÃO DO GUARAGUAÇÚ COMO ALTERNATIVA DE PRODUTO TURÍSTICO PARA PONTAL DO PARANÁ

Trabalho de conclusão de curso aprovado com nota 82 apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Turismo, no Curso de Turismo, do Departamento de Turismo, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes de Universidade Federal do Paraná.

Orientador:

Prof^ª. Luciane de Fátima Néri
Departamento de Turismo

Prof^ª. Daniela de Oliveira Rezende
Secretaria de Turismo

Sr. Aimoré Índio do Brasil Arantes
Secretaria de Estado de Cultura

Curitiba, 25 de novembro de 2008

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE PROJETO

Título: A região do Guaraguaçu como alternativa de produto turístico para Pontal do Paraná

Autora: Leticia Woss

Resumo: O presente trabalho teve por objetivo verificar a potencialidade turística da região do Guaraguaçu, em Pontal do Paraná, a fim de oferecer um novo produto para o município, propondo um roteiro nesta região como alternativa ao turismo de sol e praia característico do litoral paranaense.

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Local: Curitiba, Paraná

Data: Novembro, 2008

Aos meus anjos, onde quer que estejam,
Israel Woss & Maria Przybycien
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por tornar tudo possível e iluminar meu caminho;

As professoras Luciane Néri e Daniela Rezende, pela paciência com a qual me auxiliaram;

Aos amigos especiais Sibelle Trevisan Disaró e Marco Fábio Corrêa, pelo incentivo e por acreditarem que eu poderia ir sempre mais longe;

Ao “Quadrado Mágico”, Hellen, Aline e Anelise, por me salvarem do TCC e me levarem para os cafés do mundo;

À Marta e a Kátia, pela amizade, companheirismo, dedicação e sinceridade nas palavras;

A Greyce, Sylvia, Fabielle, Ceres, Elizabeth, Maíra e Josi, pelo incentivo, força, amizade e carinho que partilhamos durante nosso caminhar;

Agradeço a minha família, por sempre lembrar de mim nas confraternizações, enquanto eu precisava ficar sozinha escrevendo;

Aos meus pais, Antonio e Maria Eugenia, e a minha irmã Priscilla, que me oferecem muito apoio para enfrentar os desafios que surgem ao longo da minha vida; pelo carinho e força que me dão, por estarmos sempre juntos nos momentos mais importantes, por "contar" com vocês!

Ao Igor Alexandre Albuquerque, por ser meu porto seguro em terra firme e minha âncora em alto mar.

“Existem cada vez mais universidades e cada vez mais estudantes. Para desenrolar seus pergaminhos é preciso que eles encontrem temas de dissertação.

Existe um número infinito de temas pois pode-se falar sobre tudo e sobre nada.

Pilhas de papel amarelado se acumulam nos arquivos que são mais tristes do que os cemitérios porque neles não vamos nem mesmo no dia de Finados. A cultura desaparece numa multidão de produções, numa avalanche de sinais, na loucura da quantidade. Creia-me: um só livro proibido em seu antigo país significa muito mais do que os milhares de vocábulos cuspidos pelas nossas universidades”.

Milan Kundera

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - MAPA DA ÁREA DE ESTUDO	38
QUADRO 1 - MATRIZ SWOT	46
QUADRO 2 – TABULAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	47
QUADRO 3 - ANÁLISE SWOT: RIO GUARAGUAÇU.....	52
FIGURA 2 - RIO GUARAGUAÇU.....	52
QUADRO 4 - ANÁLISE SWOT: ESTRADA ECOLÓGICA DO GUARAGUAÇU.....	54
FIGURA 3: ESTRADA ECOLÓGICA DO GUARAGUAÇU.....	54
QUADRO 5 - ANÁLISE SWOT: FORNO DE CAIEIRAS	56
FIGURA 4 - FORNO DE CAIEIRAS	57
QUADRO 6 - ANÁLISE SWOT: SAMBAQUI DO GUARAGUAÇU.....	58
FIGURA 5 – SAMBAQUI DO GUARAGUAÇU	59
QUADRO 7 - ANÁLISE SWOT: ALDEIA INDÍGENA M'BYA.....	60
FIGURA 6 – ALDEIA INDÍGENA M'BYA.....	61
FIGURA 7 – ARTESANATO INDÍGENA - M'BYA	61
FIGURA 8 - MAPA DO ROTEIRO DO GUARAGUAÇU.....	64
FIGURA 9 – CAMBIRA: PRATO TÍPICO DE PONTAL DO PARANÁ.....	65
QUADRO 8: POTENCIALIDADE DE USO DAS PROPRIEDADES	66
QUADRO 9 - GASTOS COM A CAPACITAÇÃO DOS MONITORES.....	73
QUADRO 10 - GASTOS COM IMPLEMENTAÇÃO DO ROTEIRO.....	77

LISTA DE SIGLAS

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MTUR – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFPR – Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - TURISMO SUSTENTÁVEL	13
CAPÍTULO II - PLANEJAMENTO TURÍSTICO	19
CAPÍTULO III – ATRATIVO E PRODUTO TURISTICO	22
3.1 TURISMO CULTURAL COMO ALTERNATIVA DE PRODUTO TURISTICO SUSTENTÁVEL EM ÁREAS NATURAIS	23
CAPÍTULO IV - POLÍTICAS PÚBLICAS	31
4.1 MARCOS LEGAIS	31
CAPÍTULO V - ÁREA DE ESTUDO	37
CAPÍTULO VI – A PESQUISA.....	44
6.1 ANÁLISE DA POTENCIALIDADE TURÍSTICA DA REGIÃO DO GUARAGUAÇU	48
6.4.1 Atrativos Turísticos da Região do Guaraguaçu	48
6.4.1.1 Atrativos Naturais	49
6.4.1.1.1 Rio Guaraguaçu.....	50
6.4.1.1.2 Estrada Ecológica do Guaraguaçu	53
6.4.2 Atrativos Histórico-Culturais.....	55
6.4.2.1 Forno de Caieiras	55
6.4.2.2 Sambaquis do Guaraguaçu	57
6.4.2.3 Aldeia Indígena M'Bya	59
6.5 ANÁLISE DO INTERESSE DA POPULAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA REGIÃO.....	62
6.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA	63
CAPÍTULO VII – O PRODUTO	64
7.1 O CENTRO DE RECEPÇÃO AO VISITANTE	66
7.2 A CAPACITAÇÃO DOS MORADORES DA ESTRADA ECOLÓGICA DO GURAGUAÇÚ PARA ATUAR COMO MONITORES NO ROTEIRO.....	68
7.3 SISTEMA DE GESTÃO DE VISITAS	74
7.4 DIVULGAÇÃO DO ROTEIRO.....	75
7.5 IMPLEMENTAÇÃO DO ROTEIRO	76
VII CONCLUSÃO	79

REFERÊNCIAS.....	82
APÊNDICES	92
ANEXOS	97

INTRODUÇÃO

O tipo de turismo que ocorre no litoral do Estado do Paraná é o chamado veranismo, no qual as pessoas se deslocam para uma região a fim de passar o verão, sendo caracterizado pela sua periodicidade e pela repetição dos locais visitados nas férias e feriados (IGNARRA, 1999). Um fator típico desta atividade é a sazonalidade, ocorrendo um movimento intenso no período de dezembro à março e o abandono da região no restante do ano. Assim, a região do Guaraguaçu torna-se um atrativo turístico alternativo para o município de Pontal do Paraná, criando uma nova opção além do turismo de sol e praia.

A região do Guaraguaçu compreende a região próxima ao km 14 da PR-407, no município de Pontal do Paraná, no litoral do Estado do Paraná. Concentram-se aí alguns importantes atrativos do município: o rio Guaraguaçu, que nasce na Serra do Mar e deságua na baía de Paranaguá com uma extensão de aproximadamente 60 km, navegável para embarcações de pequeno porte e bastante utilizado para o turismo de pesca e passeios de barco; a Estrada Ecológica do Guaraguaçu, que consiste em uma estrada revestida de conchas provenientes dos sambaquis¹, caracterizada por sua beleza cênica e diversidade de fauna e flora características da Mata Atlântica, sua extensão de 13 km leva à aldeia indígena M'BYA, ao Forno de Caieiras e aos Sambaquis do Guaraguaçu, e é bastante propícia para a observação de fauna e flora e trilhas ecológicas. (FENIANOS, 2005).

Os sambaquis são sítios arqueológicos pré-históricos formados pelo acúmulo artificial de conchas de moluscos, restos de peixes e de outros animais, que contêm numerosos sepultamentos e, em menor escala, de ossos de mamíferos, répteis, aves e peixes, que são identificados mais raramente, devido às menores taxas de preservação no registro arqueológico. (CHMYZ, 1986).

Embora este tipo de atrativo não configure uma atividade característica do turismo no Brasil, a criação de um produto alternativo através da abertura de sítios arqueológicos para visitação e adequação dos mesmos para o desenvolvimento da

¹ Sambaqui: sm (do tupi) Colina resultante da acumulac o de conchas, cascas de ostras e outros restos de cozinha dos habitantes pr -históricos do Brasil. Encontram-se sambaquis ao longo da costa (sambaquis costeiros ou marinhos), à margem de rios (sambaquis fluviais) e até em pontos distantes das águas (sambaquis centrais). Em Santa Catarina e São Paulo tem o nome de casqueiro, concheira ou ostreira; no Pará, cernambi ou sarnambi; noutros pontos do Brasil chamam-lhe berbigueira, caieira ou caleira. (MICHAELIS, 1999)

atividade turística, pode desenvolver um produto diferencial para a região. Por isso é importante analisar a potencialidade turística da região do Guaraguaçu, a fim de torná-lo um atrativo diferencial, trazendo alternativas para o desenvolvimento da comunidade.

Este trabalho justifica-se também pelo interesse pessoal da autora, pois a mesma morou alguns anos no litoral e acredita ser importante desenvolver alternativas turísticas para o local, explorando os potenciais que a mesma apresenta, além do interesse pela arqueologia e desenvolvimento histórico da região.

Neste trabalho pretende-se analisar como a comunidade da região do Guaraguaçu comporta-se em relação ao seu espaço enquanto atrativo turístico, a fim de determinar suas características e capacidades, para que a atividade turística seja desenvolvida de maneira sustentável neste local, pois a preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais devem ser prioritárias para a manutenção da boa qualidade dos ecossistemas locais, com a finalidade de garantir a sobrevivência humana e o desenvolvimento da comunidade. Assim, a problemática desta pesquisa é de analisar qual a potencialidade turística da região do Guaraguaçu?

São objetivos deste trabalho:

Objetivo geral: analisar a potencialidade turística da Região do Guaraguaçu, com o fim de apresentá-la como um produto turístico alternativo para o litoral do Paraná.

Objetivos específicos:

- realizar o inventário turístico da Região do Guaraguaçu, para elaboração de um diagnóstico, utilizando o instrumento de análise SWOT para identificar sua potencialidade enquanto atrativo turístico;
- verificar o interesse da comunidade em transformar a região do Guaraguaçu em um produto turístico.

CAPÍTULO I - TURISMO SUSTENTÁVEL

Segundo Swarbrooke (2000), apesar da expressão “turismo sustentável” ter sido usada inicialmente a partir do final da década de 1980, quanto estudiosos da época começaram a levar em consideração as implicações do Relatório Brundtland, foi no início da década de 1990 que o termo passou a ser usado com frequência. Portanto, Swarbrooke (2000) apoiando-se no reconhecimento do Green Paper on Tourism publicado em 1995 pela União Européia, afirma que:

o turismo sustentável é uma abordagem de turismo que reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade (SWARBROOKE, 2000, p.13).

Portanto, o objetivo de se discutir e conseqüentemente compreender o termo “turismo sustentável”, não é só importante, quanto extremamente necessário, pois deve-se repensar a atividade turística, como uma possível atividade sustentável, capaz de induzir e contribuir para o desenvolvimento local, preocupado com a preservação dos recursos naturais, com a inclusão da comunidade local na atividade econômica e com a conservação do patrimônio histórico-cultural.

Em 1997 Clarke² (*Apud* SWARBROOKE, 2000, p.13), apresentou quatro abordagens que definiam o conceito de turismo sustentável ao longo dos tempos, portanto, cronologicamente foram entendidos e apresentados da seguinte forma:

- Opostos polares, em que o turismo sustentável e o de massa eram vistos como opostos polares. Teríamos de renunciar ao turismo de massa se quiséssemos desenvolver o turismo sustentável.
- Um continuum, em que o turismo sustentável e o de massa não eram mais vistos como opostos polares, mas reconhecia-se que havia diferentes nuances de turismo sustentável e de massa, as quais se fundiriam em algum ponto central.
- Movimento, uma abordagem cuja sugestão era a de que uma ação positiva poderia tornar o turismo de massa mais sustentável.

² CLARKE, J. **A framework of approaches to sustainable tourism**. Journal of Sustainable Tourism, 1997, 5.

- Convergência, como a idéia de que todos os tipos de turismo podem se esforçar para serem sustentáveis.

Analisando a perspectiva sugerida por Clarke (*Apud* SWARBROOKE, 2000, p.13), deve-se destacar que a proposta de “convergência”, atualmente é a mais aceita no campo acadêmico, porém também não se deve descartar que nas atuais circunstâncias, em que se busca desenvolver a atividade turística através de uma gestão mais preocupada com os aspectos socioambientais, a definição dos “opostos polares”, ainda tem grande influência.

Swarbrooke acrescenta que: “A preocupação da gestão do turismo sustentável não é apenas ambiental, mas também econômica, social, cultural, política e administrativa” (SWARBROOKE, 2000, p. 21). Ampliando essa idéia, o autor, na mesma obra (2000) coloca que:

Para o turismo ser sustentável no sentido social e no cultural, ele deve ser desejado pelos habitantes locais e deve ser percebido como benéfico para a maioria da população local, não apenas para a elite. Ele deve proporcionar empregos para os qualificados assim como para os sem qualificação e gerar oportunidades para avanços sociais e econômicos. (SWARBROOKE, 2000, p.128)

O turismo pode ser uma alternativa para o desenvolvimento da comunidade do Guaraguaçu, uma vez que este movimenta a economia local, favorecendo a circulação de valores na comunidade, do ponto de vista econômico, Cunha (2000) destaca que:

O turismo abrange todos os deslocamentos de pessoas, quaisquer que sejam as suas motivações, que obriguem ao pagamento de prestações e serviços durante a sua viagem e permanência temporária fora de sua residência habitual, superior ao rendimento que, eventualmente, auferam nos locais visitados. (CUNHA, 2000, p. 9)

O fenômeno turístico é um composto de atividades, serviços e setores que proporcionam uma experiência de viagem, e, segundo Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002), existe um elemento oculto no turismo, que pode ser determinante no sucesso de uma destinação turística, que seria o conjunto de Planejamento, Desenvolvimento, Promoção e Organizações Catalizadoras.

Para Beni (1998), o que o turista decide é como gastar o seu tempo livre ao visitar um núcleo receptor onde se possa desfrutar de atrativos naturais, culturais,

artísticos e sociais, para o que influem fatores psicológicos como percepção, aprendizado, personalidade, motivos e atitudes.

A OMT – Organização Mundial do Turismo conceitua o turismo

como qualquer deslocamento voluntário e temporário do homem para fora de sua residência habitual, que deve ser superior a 24 horas por sua razão diferente que a de exercer uma atividade remunerada (OMT, 1995).

Para a EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo:

o turismo é uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações – compra e venda de serviços turísticos – efetuados entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que tem residência fixa, por qualquer motivo, executando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita. (EMBRATUR, 1994)

Como toda prática econômica e social causa impactos tanto positivos quanto negativos. O que caracteriza a inserção do turismo em uma localidade é o tipo de planejamento e os interesses que o orientam.

Para o desenvolvimento da atividade turística é imprescindível que se realize um planejamento, que consiste em um método de aplicação, contínuo e permanente, de resolver problemas que afetam uma sociedade situada em época e espaço determinados, através da previsão ordenada e capaz de antecipar suas consequências (FERRARI, 1987).

Segundo Ruschman (2001) entre os objetivos do planejamento turístico um fator importante é garantir que a “imagem da destinação” se relacione com a proteção ambiental e a qualidade dos serviços prestados, destacando também, que para a obtenção da “imagem” de uma localidade, deve-se considerar a construção de conceitos sólidos a seu respeito, que estão ligados a sua identidade. Pois o mercado consumidor de hoje preocupa-se com os aspectos sociais e ambientais dos produtos e empresas com os quais se relacionam. E isso não é diferente no turismo e como afirma Anjos (2002) em relação ao seu planejamento a busca pela sustentabilidade e a participação da comunidade local, se apresentam como novos desafios aos modelos de planejamento do Turismo.

O turismo é uma atividade que sofre mudanças e inovações constantes devido às novas exigências da demanda e da competitividade dos mercados, sendo a tendência tornar-se um setor cada vez mais segmentado permitindo melhor

atender as necessidades específicas de um determinado público. O turismo cultural é um desses segmentos.

A atividade turística está baseada no uso do patrimônio natural e cultural enquanto atrativo turístico, de maneira geral, relaciona-se com o meio ambiente na medida em que tanto o ambiente natural, quanto o ambiente construído pelo homem tornam-se atrativos para os turistas. O meio ambiente pode ser considerado como uma fonte rica e alternativa de fomentar a prática do turismo (DIAS, 2003a).

A ação humana no desenvolvimento da atividade turística gera impactos positivos e negativos na comunidade. Entre os aspectos positivos estão a diversificação da economia, a geração de empregos, investimentos em infraestrutura básica, saneamento e transporte, criação, reforma e ampliação de parques e reservas que contribui para proteção e conservação dos espaços naturais, além da melhoria de equipamentos para áreas protegidas e intensificação do monitoramento ambiental. Porém, o que mais observamos nos destinos é a deterioração dos mesmos, com o descarte de esgoto, acúmulo de lixo e depredação do patrimônio, por isso, muito ainda se discute sobre o real potencial da atividade ecoturística em conservar a diversidade biológica e cultural para um desenvolvimento sustentável (BOO, 1995).

A Organização Mundial de Turismo define turismo sustentável como:

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT, 2003, p.24)

Para que o turismo seja desenvolvido de maneira responsável e positiva, torna-se indispensável o envolvimento de todos os participantes da atividade, para que a preservação do ambiente, da cultura e o desenvolvimento econômico ocorram de maneira a permitir que o turismo seja um agente propulsor da comunidade como um todo, nesse sentido cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento que não o atual e cada vez mais voltado ao desenvolvimento sustentável (DIAS, 2000).

A proposta do desenvolvimento sustentável é discutir qualidade de vida com preservação da biodiversidade para as gerações futuras.

Ensinai também, a vossos filhos, aquilo que ensinamos aos nossos: que a terra é nossa mãe. Dizei a eles, que a respeitem, pois tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra... Ao menos sabemos isso: a terra não é do homem; o homem pertence à terra. Todas as coisas são dependentes. (Carta do Chefe índio Seattle ao Presidente dos Estados Unidos Franklin Pierce, em 1854) (BAILÃO, 2001, p.06)

O homem degrada e desertifica a terra da qual extrai seu alimento e conspira livremente contra o próprio habitat, fabricando produtos tóxicos e radioativos que não sabe como dispor, ao mesmo tempo em que deixa ¾ da humanidade faminta. À medida que o ambiente ao seu redor se torna poluído e deixa de ser resiliente (CAPRA, 1996), e que espécies das quais outrora se alimentava não mais o acompanham, começa a se dar conta de que a própria natureza o está experimentando. A espécie humana começa a questionar o próprio engenho em relação ao planeta que supõe gerir e percebe que não pode ganhar a guerra contra a natureza nem fazê-la obedecer ao seu comando.

A humanidade encontra-se em um momento de definição histórica. Defronta-se com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende seu bem-estar. Não obstante, caso se integrem as preocupações relativas ao meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer as necessidades básicas, elevar o nível de vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados, e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha. (AGENDA 21, 1992)

A questão ambiental deve ser tratada de forma global, considerando que a degradação ambiental é resultante de um processo social determinado pelo modo como a sociedade apropria-se e utiliza os recursos naturais. Não é possível pretender resolver os problemas ambientais de forma isolada. É necessário introduzir uma nova abordagem decorrente da compreensão de que a existência de certa qualidade ambiental está diretamente condicionada ao processo de desenvolvimento adotado pelas nações. (CAPORALI, 1997)

Logo, um desenvolvimento que demanda crescimento econômico elevado e contínuo, progresso tecnológico indiscriminado, que conquista à força a natureza e coloca seus recursos a serviço do poder dominante e da conseqüente fome humana

acelerada, relegando para segundo plano as questões sociais e ignorando os aspectos ambientais não pode ser denominado de desenvolvimento. Trata-se de mero crescimento econômico onde a sociedade e as pessoas são “recursos humanos”, e as montanhas, os rios, os mares e todo o restante da vida são “recursos naturais”, tratados como números e discutidos mediante índices pelos modernos instrumentos de gestão social e ambiental, sob o comando de técnicos cada vez mais especializados. (CAPRA, 1996)

É preciso rever paradigmas e reconstruir novas visões de mundo. Abandonar velhas formas de gestão e incorporar novas. Isso implica a convocação de toda a sociedade para um debate que vá além das elites intelectuais, técnicas, políticas e econômicas. É um debate para a construção de uma sociedade duradoura, sustentável, na qual a razão e o sistema ciência & tecnologia estejam a serviço da consciência individual, da consciência social e da consciência planetária, que ora emerge, e não mais contra o homem, sua sociedade e sua casa comum (CAPORALI, 1997).

Assim, a relação do turismo com o meio ambiente é indiscutível, pois o meio ambiente é a matéria prima dos produtos turísticos que por sua vez constituem-se no eixo motivador dos deslocamentos, portanto o planejamento do turismo não pretende afastar o sujeito do meio ambiente, da cultura e da natureza. Ao contrário, deve manter os recursos para que outros também possam utilizá-lo, e isto depende de planejamento adequado e baseado na sustentabilidade.

CAPÍTULO II - PLANEJAMENTO TURÍSTICO

A definição de planejamento utilizada Petrocchi (1998, p. 19) refere-se a “definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização”. Já para Molina e Rodriguez (2001, p. 79), “o planejamento é o resultado de um processo lógico de pensamento, mediante o qual o ser humano analisa e estabelece os meios que permitirão transformá-lo de acordo com seus interesses e aspirações”.

Da mesma forma este planejamento pode ser aplicado à atividade turística, sendo utilizado para maximizar os efeitos positivos, e principalmente para que os efeitos negativos sejam mitigados. O planejamento da atividade turística se mostra como um poderoso instrumento de fomento ao desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade. (IGNARRA, 2002, p. 62)

Braga (2007) utiliza uma definição que engloba os principais elementos do planejamento turístico, sendo estes citados como a visão geral do município, a oferta interna, a demanda, a comunidade interna e a concorrência direta e indireta.

Planejamento turístico é o processo de avaliação do núcleo receptor (comunidade, oferta e demanda real) da demanda potencial e de destinos turísticos concorrentes, com o intuito de ordenar ações de gestão pública direcionadas ao desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, fornecer direcionamento à gestão privada para que ela estruture empreendimentos turísticos lucrativos com base na responsabilidade socioambiental. (BRAGA, 2007, p. 8)

Segundo Beni (2001, p. 166) o planejamento turístico é:

[...] o processo de interferir e programar os fundamentos definidos do turismo que, conceitualmente, abrange três pontos essenciais e distintos: estabelecimento de objetivos, definição de cursos de ação e determinação da realimentação, já que a atividade apresenta enorme interdependência e interação de seus componentes.

Assim, o planejamento da atividade turística consiste em um processo que assegure o crescimento e o desenvolvimento turístico do município. (MOLINA, 2005)

Segundo Boullón (2002) o espaço turístico pode ser delimitado em mapas, a fim de facilitar o trabalho dos planejadores físicos, mas não deve ser delimitado regionalmente, pois devido a sua descontinuidade, uma seleção regional acabaria

por gerar mapas com regiões turísticas que não correspondem à realidade, assim a idéia de espaço turístico é utilizado para substituir a idéia de região turística. Este espaço deverá ser determinado através da observação da distribuição dos atrativos turísticos e empreendimentos, para se verificar aqueles agrupamentos que se destacam em um espaço.

O espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infra-estrutura turísticas, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país. (BOULLÓN, 2002, p. 79)

Para Rodrigues (1997) o termo espaço turístico identifica a influência desta atividade no consumo do espaço uma vez que seus elementos são dotados de territorialidades e intencionalidades.

O planejamento turístico em áreas naturais está associado à conservação e interpretação do patrimônio ambiental e cultural disponíveis nesta área, e normalmente a técnica de planejamento aplicada é a de delimitação de zonas de conservação e utilização, determinando espaços de acesso restrito para resguardar uma parte deste patrimônio e preservá-lo de acordo com as premissas do desenvolvimento sustentável (OMT, 2003).

De acordo com as Diretrizes para o Turismo em Áreas Naturais no Paraná o

Turismo em áreas naturais é um segmento do turismo que utiliza o patrimônio natural e cultural, de forma sustentável, com intercâmbio sob diferentes formas entre homem e a natureza, para promover a conservação dos recursos locais (físicos e humanos), otimizando os custos e ganhos ambientais, culturais, econômicos e sociais, orientado por planejamentos participativos. (DIRETRIZES PARA O TURISMO EM ÁREAS NATURAIS NO PARANÁ, 2000, p. 4)

Ainda segundo este documento uma das modalidades de turismo em áreas naturais é o turismo histórico cultural, que tem como atividades características as manifestações populares, visitas a sítios históricos e visitas a sítios arqueológicos. Este tipo de turismo consiste no:

Conjunto de atividades turísticas que se desenvolve em função do patrimônio histórico-cultural e que permitem a observação da organização social do homem junto ao seu ambiente, retratando seus usos e costumes, tanto atuais como de seus antepassados. (DIRETRIZES PARA O TURISMO EM ÁREAS NATURAIS NO PARANÁ, 2000, p. 5).

De acordo com Fratucci (2000) as atividades realizadas no lugar turístico estão intimamente ligadas com o espaço de lazer do turista e da vida cotidiana da comunidade, assim o lugar turístico é aquele no qual se relacionam o turista e o habitante, sendo efêmero para o primeiro e permanente para o segundo.

Para que um lugar torne-se um lugar turístico e mantenha sua atratividade inicial é importante que o turismo seja uma atividade planejada, com a identificação dos atrativos que podem se tornar os produtos do destino, e fomentar a atividade nesta região.

CAPÍTULO III – ATRATIVO E PRODUTO TURISTICO

Produto turístico é o conjunto de bens e serviços relacionados a toda e qualquer atividade de turismo. Especificamente, o produto turístico pode ser definido como um produto composto, equivalente a um amálgama formado pelos seguintes componentes: transporte, alimentação, acomodação e entretenimento. (LAGE E MILONE, 2001, p. 51).

Assim, considerando que o turismo é um fenômeno mundial e que segundo Beni:

[...] o fato de o Turismo encontrar -se ligado, praticamente a quase todos os setores da atividade social humana [...], perceber-se-á que existe uma gama de produtos considerados turísticos, podendo um complementar ao outro, de forma a agregar valor ao produto final. (BENI, 2003, p. 30)

Ignarra coloca que: “Na atualidade, quando o processo de globalização atinge todas as atividades humanas, a valorização da cultura típica surge como uma forma de diferenciação, aspecto este fundamental na qualidade do produto turístico” (IGNARRA, 1999, p.119). O mesmo autor explicita: “Muitas destinações turísticas se especializam na recepção de turistas e as manifestações culturais são produzidas exclusivamente para serem mostradas aos visitantes” (IGNARRA, 1999, p. 119).

Considera-se como atrativo turístico todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse para o turismo (EMBRATUR, 1992); ou ainda nas palavras de Cerro (1992), constitui o componente principal e mais importante do produto turístico, pois determina a seleção, por parte do turista, do local de destino de uma viagem, ou seja, gere uma corrente turística até a localidade. Os atrativos turísticos podem ser naturais, culturais, manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados.

Com base em tais definições, pode-se dizer que o atrativo turístico tem por finalidade atrair, como derivado de atrativo, os grupos humanos para um determinado lugar. Lugar este que, dentro de uma perspectiva humanística de geografia, engloba as características e funções de que necessitam os grupos humanos à sua vivência (TUAN, 1983), sendo assim, os atrativos de cada lugar devem satisfazer às necessidades naturais que os grupos humanos têm do movimento.

Na análise geográfica o que se procura é a captação da oferta como elemento fundamental do espaço turístico, enquanto que os atrativos turísticos podem ser naturais, históricos, culturais, espontâneos ou totalmente fabricados. (RODRIGUES, 2001).

3.1 TURISMO CULTURAL COMO ALTERNATIVA DE PRODUTO TURISTICO SUSTENTÁVEL EM ÁREAS NATURAIS

Conforme Vargas (2005) a cultura de um povo está intimamente ligada aos seus costumes, obras, arquitetura e instituições que, por sua vez, constituem a herança cultural de uma comunidade, região ou nação, pois possui em sua alma, o valor e o respeito a tudo que foi de alguma forma construído por pessoas, em outras épocas, mantidas através do tempo, suas técnicas e elementos para a formação de uma identidade cultural.

Lakatos (1990) aborda o conceito de cultura como sendo o

Comportamento cultivado, ou seja, a totalidade da experiência adquirida e acumulada pelo homem e transmitida socialmente, ou, ainda, o comportamento adquirido por aprendizado social (LAKATOS, 1990, p. 129).

De forma similar, Santos (1983), expõe considerações fundamentais para se entender a relatividade na avaliação de cultura e seus traços culturais.

Só se pode propriamente respeitar a diversidade cultural se se entender a inserção dessas culturas particulares na história mundial. Se insistirmos em relativizar as culturas e só vê-las de dentro para fora, teremos de nos recusar a admitir os aspectos objetivos que o desenvolvimento histórico e da relação entre povos e nações impõe. Não há superioridade ou inferioridade de culturas ou traços culturais de modo absoluto, não há nenhuma lei natural que diga que as características de uma cultura a façam superior a outras. (SANTOS, 1983, p. 16).

Explicitando melhor, Barreto (2000) diz que:

O turismo cultural no sentido mais amplo seria aquele que não tem como atrativo principal um recurso natural. As coisas feitas pelo homem constituem a oferta cultural, portanto turismo cultural seria aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem. (BARRETO, 2000, p. 21)

Assim, a cultura, em seu sentido mais amplo, para o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (2000, p.272),

[...] pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. [...] a cultura dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo. É ela que faz de nós seres especificamente humanos, racionais, críticos e eticamente comprometidos. Através dela discernimos os valores e efetuamos opções. Através dela o homem se expressa, toma consciência de si mesmo, se reconhece como um projeto inacabado, põe em questão as suas próprias realizações, procura incansavelmente novas significações e cria obras que o transcendem. (ICOMOS, 2002, p.272)

O turismo cultural, segmento do turismo que de forma direta recorre à cultura para seu desenvolvimento, é definido por Goulart e Santos (1998), como:

Um fenômeno social, produto da experiência humana, cuja prática aproxima e fortalece as relações sociais e o processo de interação entre os indivíduos e seus grupos sociais, seja de uma mesma cultura, ou de culturas diferentes (GOULART E SANTOS, 1998, p. 19)

E pela Organização Mundial do Turismo (2003, p. 88), como “um segmento do turismo que dá destaque especial a atrativos culturais como apresentações, museus, mostras, etc.”.

Segundo Ferrara (2002) observa-se assim que há a ampliação dos objetivos e das funções do turismo cultural no desenvolvimento da atividade turística, assim como há o redimensionamento de seu potencial de interferência positiva e negativa no desenvolvimento da sociedade.

Uma das funções sociais do turismo associada particularmente ao enriquecimento da produção cultural, segundo Reichert (2001), é a de dinamizar os processos de recuperação das memórias e das identidades dos diversos lugares, ação que permitiria às comunidades a reconstrução da importância do papel que suas cidades têm para si, bem como ações mais efetivas de conservação da cultura e do patrimônio cultural, desde que o exercício dessa função social fosse balizado por princípios éticos.

Espera-se que a apropriação da cultura e de seu patrimônio pelo turismo cultural seja capaz de proporcionar experiências sociais, que evoquem as referências do processo de desenvolvimento de um povo ou nação. Para tanto, mais

do que informar o turista sobre as características singulares de um lugar, torna-se imprescindível traduzir ou propiciar meios para que o turista traduza o seu sentido, a sua essência cultural e conseqüentemente valorizando-o e conservando-o (MURTA; ALBANO, 2002).

O turismo cultural propicia potencialmente a geração de diferentes tipos de resultados, tais como, a possibilidade de valorização do patrimônio cultural, a constituição de uma alternativa de desenvolvimento do turismo frente ao problema da sazonalidade, a capacidade de setorialmente propiciar o desenvolvimento sustentável da atividade turística entre outros. Isto porque, o planejamento e a gestão do turismo cultural, com vistas ao alcance desses e de outros resultados positivos, depende da participação conjunta dos diferentes atores sociais (sociedade civil, iniciativa privada, setor público, instituições de ensino e terceiro setor) que compõem a sociedade, bem como do atendimento de seus interesses e expectativas. Esses diferentes tipos de resultados adquirem uma grande importância, principalmente porque minimizam as possibilidades da redução dos povos e de suas culturas a simples objetos de consumo (BARRETO, 2000).

Assim, características da sociedade contemporânea tais como a ênfase dada à esfera local, às diferenças e à diversidade das culturas e de produtos culturais elaborados também no âmbito do local, hoje teoricamente acessíveis a todos, deveriam imediatamente direcionar a atenção dos atores sociais das instituições públicas responsáveis pelo turismo cultural para as comunidades locais, para o reconhecimento de suas identidades, para a de conservação de suas culturas e de seus patrimônios naturais e culturais, bem como para a importância destas no processo de participação democrática, processos estes indiretamente responsáveis pelo desenvolvimento qualitativo do turismo cultural.

O turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p.13), é uma segmentação da atividade turística que está baseado nas atrações culturais de um destino, ou seja, no patrimônio cultural de um país e seu povo, seja ele permanente ou temporário, sendo representado através de monumentos e sítios históricos, arquitetura tradicional, artefatos e realizações culturais e artísticas, com características próprias de cada sociedade (OMT, 2003). Segundo Rodrigues (2001) o turismo cultural á

caracterizado pela existência e preservação de um patrimônio cultural, como por exemplo, museus, monumentos e locais históricos, além da oferta de espetáculos e eventos.

Segundo o Ministério do Turismo (2006) o turismo cultural está em terceiro lugar entre as preferências dos viajantes, só perdendo para o ecoturismo e o turismo de aventura.

Atualmente o turismo cultural representa o principal segmento das viagens em todo mundo, pois não depende de condições climáticas e pode ser desfrutado em qualquer época do ano, assim o turismo cultural pode ser a melhor opção para locais que enfrentam as questões da sazonalidade no seu fluxo turístico, gerando mais benefícios diretos, empregos e renda, além de contribuir para aumentar as taxas de permanência e as receitas geradas por turistas, mesmo aqueles que tenham outras motivações de viagem (BARRETTO, 2001).

O patrimônio cultural que configura destinos turísticos com identidade própria caracteriza estes destinos por sua singularidade e autenticidade (GOMEZ, 2005). Estas características geram a necessidade da manutenção da identidade cultural e a importância do significado do patrimônio nas comunidades receptoras, bem como renovam o interesse pela cultura por parte dos turistas, assim este patrimônio tem um outro valor, além do cultural, o de ser a base que sustenta o desenvolvimento da atividade turística na região (TOSTELLI, 2003; RODRIGUES, 2001).

A definição de patrimônio histórico-cultural adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que também é utilizada pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura - UNESCO, refere-se ao conceito da “Carta de Veneza” de 1964³:

[...] compreende a criação isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação histórica.

O Patrimônio Cultural passou a ser valorizado na década de 1930, quando foi criado o serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pela lei federal 378,

³ IPHAN. **Carta de Veneza**. II Congresso Internacional de Arquiteto e técnicos de Monumentos Históricos, em maio de 1964. in *Cartas Patrimoniais*. Brasília, 1995.

de 13 de janeiro de 1937, porém foi somente na década de 1970 que o patrimônio cultural passou a ser valorizado com um instrumento de preservação da memória das sociedades, e atualmente além de serem remanescentes matérias da cultura, este patrimônio é visto como um registro de experiências vividas por outras sociedades que permitem o sentimento de pertença a uma mesma cultura, compondo a identidade coletiva. (RODRIGUES, 2001).

O patrimônio cultural, mais do que um atrativo turístico, é fator de identidade cultural e de memória das comunidades, fonte que as remete a uma cultura partilhada, a experiências vividas, a sua identidade cultural e, como tal, deve ter seu sentido respeitado. (MTUR, 2006)

O patrimônio histórico e cultural deve ser tratado como um fator de identificação da personalidade histórico-artística das comunidades, inserindo as mesmas na atividade turística. Muitas vezes o turismo cultural estimula o lado contemplativo e externo do bem tombado, fator que pode ocasionar a exclusão da comunidade local, uma vez que o patrimônio torna-se um bem de consumo para os visitantes, e exclui aqueles que fisicamente fazem parte do seu entorno. O interesse turístico relaciona-se neste processo com a constituição da identidade cultural de um povo (GOYA, 1998). De acordo com o Ministério do Turismo (2008) a vivência histórica das comunidades, ao ser valorizada pelo turismo, enriquece a experiência do turista e reforça o sentimento de pertença local.

As Normas de Quito⁴, sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico editadas em 1967, após reunião da Organização dos Estados Americanos já prenunciavam que:

[...] do seio de cada comunidade pode e deve surgir a voz de alarme e ação vigilante e preventiva. O estímulo a agrupamentos cívicos de defesa do patrimônio, qualquer que seja sua denominação e composição, tem dado excelentes resultados, especialmente em localidades que não dispõem ainda de diretrizes urbanísticas e onde a ação protetora em nível nacional é débil ou nem sempre eficaz (IPHAN, 1967, p.136).

De acordo com o Ministério do Turismo (2008) a utilização turística de bens culturais implica na valorização, promoção e manutenção dos mesmos, a fim de garantir a sua durabilidade, através da difusão do conhecimento desses bens, facilitando seu acesso e uso e respeitando também a sua memória e identidade.

⁴ IPHAN. Normas de Quito, item VIII – 2. in Cartas Patrimoniais, 1967. p.136

Além disso, é preciso reconhecer a importância da cultura no relacionamento entre o turista e a comunidade, criando meios para que este relacionamento ocorra de forma harmônica.

Entre os benefícios proporcionados por esse segmento de turismo e suas diversas derivações, destacam-se: a valorização da identidade cultural, o resgate e a dinamização da cultura, a preservação do patrimônio histórico e cultural e o intercâmbio cultural, como um fator de promoção da paz entre os povos a partir do conhecimento, da compreensão e do respeito à diversidade.(MTUR, 2006)

Um meio de criar uma experiência que envolva ambiente, cultura e turismo é realçar a importância da preservação ativa, através da conservação de bens culturais, que possuam uma função conveniente, com soluções adequadas ao desejado progresso e o uso adequado de atrativos culturais, evitando ou minimizando o prejuízo destes ou a sua perda (FERRETI, 2002).

De acordo com Tresseras (2005) o turismo arqueológico é uma modalidade de turismo cultural que oferece a integração entre atrativos culturais e turísticos que tem como destaque a arqueologia⁵. Devido as características do Sítio Arqueológico do Guaraguaçu, este constituiu-se em um patrimônio histórico, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e pode ser um potencial atrativo turístico para a região, através do desenvolvimento do turismo arqueológico.

O aproveitamento turístico deste patrimônio deve ser baseado em políticas culturais que envolvam as comunidades, dando sentido aos bens arqueológicos para elas, além de gerar rentabilidade econômica para a região (FUNARI, 2003). A finalidade turística do patrimônio pode gerar diferentes atividades econômicas, divisas, empregos, sendo utilizada com uma estratégia para o desenvolvimento de uma localidade ou região, através do desenvolvimento do turismo cultural ou arqueológico⁶. (FERNADEZ, 1999).

O Turismo Arqueológico ou Arqueoturismo constitui-se a partir da associação entre o Turismo e a Arqueologia, a matéria-prima do turismo

⁵ Arqueologia estuda os sistemas sócio-culturais, sua estrutura funcionamento e transformações no decorrer do tempo, a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade (FUNARI, 1988, p.9).

⁶ O Turismo Arqueológico “consiste no processo decorrente do deslocamento e da permanência de visitantes a locais denominados sítios arqueológicos, onde são encontrados os vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas e/ou históricas, passíveis de visitação terrestre ou aquática” (MANZATO, 2005, p. 44).

arqueológico é o produto arqueoturístico, formado pelos Vestígios Arqueológicos Pré-Históricos ou Históricos (Boullón, 1997). Estes vestígios são definidos por Prous (1992, p.25) como “todos os indícios da presença ou atividade humana” das antigas sociedades, remanescentes em Sítios Arqueológicos⁷ Pré-Históricos e/ou Históricos, composto por diversos tipos de atrativos.

Segundo Tresseras (2005) a Espanha tem criado diversos tipos de produtos, com a finalidade de aproximar o turista da arqueologia, tornando esta o principal atrativo do mesmo. Em outros países como o Egito e a Grécia o turismo arqueológico tornou-se uma fonte de renda gerada pela visitação de milhares de turistas a cada ano (SCATAMACCHIA, 2005).

O Brasil possui um grande acervo de sítios arqueológicos, conforme descrito por Funari (2003), Prous (1999), Guimarães (1999) e Morais (2003), porém a atividade turística baseada no seu uso ainda é muito pequena, pois são poucos sítios arqueológicos que apresentam projetos turísticos ou museológicos onde os vestígios arqueológicos podem ser observados e compreendidos através de informações e sinalização adequadas (SCATAMACCHIA, 2005). Segundo os autores supracitados, o turismo arqueológico pode ser um fator motivador para a revitalização do patrimônio, através de mecanismos de proteção, conservação e divulgação.

O turismo arqueológico tem crescido como uma importante atividade mundial nos últimos 25 anos, apresentando-se como uma atividade complementar ao turismo de sol e praia (MORTENSEN, 2001).

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) define o patrimônio arqueológico como:

[...] aquela parte do patrimônio material para a qual os métodos arqueológicos são os que proporcionam uma informação primordial, que não somente inclui todos os vestígios da existência humana, como também envolve os lugares relacionados com qualquer manifestação de sua atividade, estruturas abandonadas e restos de todo tipo, assim como os bens móveis associados aos mesmos e o patrimônio arqueológico subaquático é aquele se encontra em um contexto subaquático ou que se tenha sido extraído deste, incluindo sítios ou estruturas submersas, restos de naufrágios (CARTA DE LAUSANNE, 1990).

⁷ Sítios Arqueológicos são os “locais em que se encontram os vestígios de culturas desaparecidas.” (KNEIP e PALLESTRINI, 1991, p.14).

Bastos (2002) caracteriza o patrimônio arqueológico como o conjunto de locais em que habitaram as populações pré-históricas, bem como toda e qualquer evidência das atividades culturais destes grupos pretéritos e inclusive seus próprios restos biológicos, sendo integrado não só por bens materiais, mas também, por informações deles dedutíveis, a partir, por exemplo, da sua própria disposição locacional, das formas adotadas para ocupação do espaço e dos contextos ecológicos selecionados para tal.

A investigação histórica e a preservação do patrimônio cultural são fatores importantes para a contribuição do crescimento cultural, social e econômico de uma comunidade, e o turismo arqueológico pode ser considerado uma ferramenta auxiliar para alcançar este crescimento, pois exige constante manutenção dos recursos culturais arqueológicos, além de ser uma fonte permanente de recursos, de empregos e de envolvimento da comunidade (DIAS, 2003b).

Assim, a atividade turística deve configurar uma atividade que seja sustentável e contribua para a preservação dos bens histórico-culturais e naturais da região em que se desenvolve. Um instrumento que auxilia as tomadas de decisão neste sentido são as políticas públicas do município, que regulam os tipos de atividade que serão realizadas nos diversos ambientes encontrados no mesmo, especialmente em área relacionadas à proteção ambiental.

CAPÍTULO IV - POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas para o turismo são um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território (CRUZ, 2000).

O Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, estabelecia diretrizes para a elaboração de uma política nacional de turismo, e criava o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), que segundo Cruz (2001, p. 49) passa a valorizar e reconhecer o turismo como “uma atividade capaz de contribuir para a atenuação dos desníveis regionais que caracterizavam a nação”. Alterada pela Lei nº 8181/91, para uma autarquia: o Instituto Brasileiro de Turismo, como órgão máximo da política nacional para o setor.

No que tange ao patrimônio cultural, as políticas devem ser integradas para o turismo e cultura, uma vez que este é o principal atrativo do Turismo Cultural. O artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988 estabelece a composição do patrimônio cultural brasileiro por bens de natureza material e imaterial e dispõe sobre sua proteção e promoção. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN é o organismo federal responsável pela proteção do patrimônio material e imaterial, sendo o patrimônio material protegido por instrumento legal chamado tombamento, e o imaterial por registro. (MTUR, 2006)

4.1 MARCOS LEGAIS

Na Constituição de 1988, Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção II da Cultura, dispõe sobre o papel do Estado em relação à cultura e o que constitui o patrimônio cultural brasileiro.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, dos quais se incluem:

I – as formas de expressão.

II – os modos de criar, fazer e viver.

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas.

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

O Decreto nº 86.176/81 regulamenta a Lei nº 6.513/77, que trata da criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico, classificando-os em áreas prioritárias ou de reserva.

A legislação pertinente ao turismo, em nível municipal é composta pelas seguintes leis: Lei Complementar nº 001 – Plano Diretor, Lei Complementar nº 002 – Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, Lei Complementar nº 004 – Código de Posturas, Lei nº 777 – Lei da Transferência do Direito de Construir, Lei nº 780 – Lei de Criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento.

A Lei Complementar nº 001 – Plano Diretor tem por objetivo garantir a plena realização da função social da cidade e da propriedade e a consolidação da cidadania e participação social. Para isso estabelece em seu artigo 2º os objetivos do desenvolvimento municipal, e está correlato ao turismo na medida em que visa o crescimento do município de forma ordenada e estabelece critérios que visam o bem estar da população e que por consequência serão usufruídos pelos turistas que visitam a região, bem como a preservação do patrimônio do município, que preserva os atrativos locais.

Art. 2º São objetivos do desenvolvimento municipal:

I – ordenação de crescimento do município em seus aspectos físico, econômico, social, cultural e administrativo;

II – pleno aproveitamento dos recursos administrativos, financeiros, naturais e comunitários do Município;

III – atendimento às necessidades da população quanto à habitação, trabalho, lazer, cultura, transporte e saneamento básico, bem como, no âmbito da competência municipal, promoção de políticas de redistribuição de renda;

IV – preservação do patrimônio ambiental natural e cultural do município;

V – integração da ação governamental municipal com a dos órgãos e entidades federais e estaduais;

VI – ordenação do Uso e Ocupação do Solo, visando a garantia da função social da propriedade. (Lei Complementar 001/2007 – Plano Diretor de Pontal do Paraná)

A Lei Complementar nº 002 – Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano determina em seu artigo 1º a organização do espaço, dividido em Setores e Zonas, definindo no artigo 7º as zonas de interesse Turístico, Cultural ou Ambiental, dentro das Atividades Estratégicas Macro-Regionais.

Art. 1º A organização do espaço contido nos limites do Perímetro Urbano Municipal é definida por esta Lei através de Setores e Zonas, cada qual com parâmetros urbanísticos específicos, em especial para o Uso do Solo e para a Ocupação construtiva nos imóveis, em atividades funcionais sobre o território. (Lei Complementar nº 002/2007 – Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano)

A Lei Complementar nº 004 – Código de Posturas cria relações com o turismo ao estabelecer critérios sobre higiene, costumes, segurança, ordem pública, proteção e conservação do meio ambiente, nomenclatura das vias, numeração das edificações e funcionamento de atividades, pois todos esses itens estão intimamente ligados ao desenvolvimento da atividade turística, embora não seja responsabilidade deste departamento.

Art. 1º Este Código contém as medidas de polícia administrativa a cargo do município em matéria de higiene, costumes, segurança, ordem pública, proteção e conservação do meio ambiente, nomenclatura das vias, numeração das edificações e funcionamento de atividades, estatuinto as necessárias relações entre o poder público local e os municípios. (Complementar nº 004/2007 – Código de Posturas)

A Lei Complementar nº 005 – Código de Obras institui as normas e padrões para as construções realizadas no município, baseando-se nas medidas estabelecidas pela ABNT para garantir a acessibilidade de pessoas com

necessidades especiais, e garantindo o acesso de moradores e turistas à todos os estabelecimentos.

Art. 1º Esta Lei tem por finalidade instituir normas gerais e padrões sobre as obras e construções no município de Pontal do Paraná. (Lei Complementar nº 005/2007 – Código de Obras)

A Lei nº 777 – Lei da Transferência do Direito de Construir visa garantir ao proprietário de um imóvel que sofra limitações urbanísticas relativas à proteção e preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Ambiental definidas pelo Poder Público. Com isso é possível gerar o sentimento de responsabilidade sobre estes bens, a fim de que os mesmos sejam mantidos e o proprietário do local não se sinta prejudicado por ter um bem de interesse na sua propriedade.

Art. 1º O proprietário de um imóvel impedido de utilizar plenamente o potencial construtivo definido na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal, por limitações urbanísticas relativas à proteção e preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Ambiental definidas pelo Poder Público, inclusive tombamento, poderá transferir parcial ou totalmente o potencial não utilizável desse imóvel, mediante prévia autorização do Poder Público Municipal, obedecidas as disposições desta lei. (A Lei nº 777/2007 – Lei da Transferência do Direito de Construir)

A Lei nº 780 – Lei de Criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento destina os recursos financeiros para os diversos setores envolvidos no desenvolvimento do município, assim torna-se interessante para o turismo, pois o desenvolvimento destes setores torna a cidade mais agradável para o turista.

Art. 3º Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Município de Pontal do Paraná (FMD) serão destinados à aplicação, prioritariamente, em:

- I – planejamento e execução de programas e projetos habitacionais de interesse social localizados no perímetro do município;
- II – regularização fundiária;
- III – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- IV – preservação, proteção e recuperação de área de interesse histórico, ambiental, urbanístico, paisagístico e paleontológico;
- V – planejamento e execução de sistema de drenagem urbana;
- VI – planejamento e execução de obras viárias e de transporte;
- VII – desenvolvimento tecnológico, institucional e de políticas públicas na área urbanística e ambiental;
- VIII – conservação da biodiversidade. (Lei nº 780/2007 – Lei de Criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento)

O Conselho Municipal de Turismo foi criado pela Lei Municipal nº 096/98, sendo revisto na Lei 272/2001. O Conselho Municipal de Turismo tem por objetivo orientar, planejar e promover o turismo no município, trata-se de uma entidade que busca organizar o setor de forma que o desenvolvimento aconteça ordenadamente.

O Fundo de Desenvolvimento Turístico do município foi criado pela Lei 286/2001, com a finalidade de promover o desenvolvimento turístico do Município, através da implementação de programas e projetos deliberados pelo Conselho Municipal de Turismo.

A Constituição da República atribui a todos os órgãos estatais a obrigação de preservar o patrimônio histórico cultural para uso social da comunidade, o que inclui a atividade turística (MORAIS, 2001).

O patrimônio cultural e arqueológico é regido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que define em seu artigo 1º o patrimônio histórico e artístico nacional como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação aos fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

A Lei Federal nº 3924/61 estabelece que os monumentos arqueológicos e pré-históricos encontrados em território nacional, ficam sob a guarda e proteção do Poder Público. Em seu artigo 6º fica estabelecido que os sambaquis terão precedência para estudo e eventual aproveitamento, em conformidade com o Código de Minas.

As jazidas conhecidas como sambaquis, manifestadas ao governo da União, por intermédio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o art. 4º e registradas na forma do artigo 27 desta Lei, terão precedência para estudo e eventual aproveitamento, em conformidade com o Código de Minas. (Lei Federal nº 3924/61 – Art. 6º)

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde o ano de sua criação, possui legislação específica para a gestão dos bens culturais nacionais tombados, representativos de diversos segmentos da cultura brasileira. A legislação está descrita no Decreto n.º 25, que cria o instituto do tombamento, na Lei de Arqueologia n.º 3.924/61; nas atribuições contidas na Constituição Federal – Art. 215 e 216; no Decreto n.º 3551/00, sobre o registro de bens culturais de natureza

imaterial; nas normas sobre a entrada e saída de obras de arte do País. Além da legislação nacional específica, a preservação de bens culturais é orientada por Cartas, declarações e Tratados Nacionais e Internacionais, além de outros instrumentos legais, tais como as legislações: ambiental e de arqueologia, entre outras:

- Decreto-lei n.º 25/37 – conceitua e organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e dispõe sobre o tombamento.
- Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/01) – regulamenta os instrumentos disponíveis para a implementação da política de desenvolvimento urbano pelo poder público municipal. Entre as diretrizes do Estatuto está a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico”. Entre os instrumentos, destaque para o Tombamento e para o Plano Diretor, que engloba o território do município como um todo, sendo o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
- Lei n.º 3.924/61 – dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, sua proteção, posse e salvaguarda.

Observar os dispositivos da Lei nº 3.924/61, da Resolução nº 001/86-CONAMA e da Portaria nº 07/88-IPHAN, para todas as atividades arqueológicas que vierem a ser desenvolvidas na região do Guaraguaçu, a fim de que estas sejam desenvolvidas criando impactos mínimos neste patrimônio e contribua para sua conservação.

O turismo enquanto opção de desenvolvimento social e econômico deve ser respaldado pelo seu planejamento nas políticas públicas nacionais, estaduais, locais e municipais, especialmente o turismo arqueológico, que envolve as expectativas da comunidade local e a imposição das leis que regulam a interface arqueologia/turismo (MORAIS, 2003). O envolvimento e comprometimento de todos os atores ligados a atividade estimula as ações de preservação, valorização e divulgação do patrimônio arqueológico, enquanto um atrativo turístico.

CAPÍTULO V - ÁREA DE ESTUDO

O Estado do Paraná faz parte da Região Sul do Brasil, sendo cortado ao norte pelo Trópico de Capricórnio, sendo que três quartos de suas terras estão localizadas na zona Temperada do Sul, e o restante na zona Tropical, ocupando uma área de 201.203km², corresponde a 2,34% do território brasileiro (FERNANDES, 1997). Com uma extensão superior a 468 km em direção norte-sul e ultrapassando 647 km leste-oeste. Limita-se, ao norte com São Paulo; a leste com o Oceano Atlântico; ao sul e sudeste com Santa Catarina; a sudoeste com a Argentina; e a oeste com o Paraguai e com o Mato Grosso do Sul (MAACK, 1968).

De acordo com Fernandes (1997) a delimitação do território paranaense faz-se, em sua maior parte, por fronteiras naturais, predominando os rios e, a seguir, os divisores de águas.

A parte as depressões absolutas, o estado configura todas as outras formas de relevo, apresentando uma sucessão mais ou menos harmoniosa de planaltos, cada qual com peculiaridades bem típicas. Tais diferenciações são de ordem topográfica, climática e geológica (FERNANDES, 1997, p.4).

O Paraná é formado por 399 municípios, possui 98 quilômetros de costa banhada pelo Oceano Atlântico, sendo seu litoral um dos mais irregulares do país, marcado por baías, canais, penínsulas, manguezais, balneários e ilhas. Sua faixa litorânea enquadra-se na planície costeira de Praia de Leste, com uma área de 207km² e limita-se ao Sul com o município de Matinhos, a Oeste com o Município de Paranaguá, a Leste e Norte é banhado pelo Oceano Atlântico (FERNANDES, 1997).

Seu litoral é formado pelos municípios de Antonina, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná. Este último é fruto do desmembramento do Município de Paranaguá, foi criado pela Lei nº11.252 de 20 de dezembro de 1995, e instalado em 1º de janeiro de 1997. Situa-se a uma distância de aproximadamente 100 km de Curitiba e suas principais atividades econômicas são o turismo, o comércio, a pesca e o artesanato. (FENIANOS, 2005).



FIGURA 1 - MAPA DA ÁREA DE ESTUDO
 FONTE: ECOPARANÁ (2008)

A região do Guaraguaçu, está situada na Vila do Guaraguaçu, que compreende a região próxima ao km 14 da PR-407, no município de Ponta do Paraná, no litoral do Estado do Paraná. Nesta região concentram-se alguns dos importantes atrativos do município: o rio Guaraguaçu, que nasce na Serra do Mar e deságua na baía de Paranaguá com uma extensão de aproximadamente 60 km, navegável para embarcações de pequeno porte e bastante utilizado para o turismo

de pesca e passeios de barco; a Estrada Ecológica do Guaraguaçu, que consiste em uma estrada revestida de conchas provenientes dos sambaquis, caracterizada por sua beleza cênica e diversidade de fauna e flora características da Mata Atlântica, sua extensão de 13 km leva à aldeia indígena M'BYA, ao Forno de Caieiras e aos Sambaquis do Guaraguaçu, e é bastante propícia para a observação de fauna e flora e trilhas ecológicas (FENIANOS, 2005).

Ao iniciar a pesquisa o interesse principal entre os atrativos da região era o sambaqui do Guaraguaçu (Ver anexo 3), daí a ênfase neste atrativo durante a pesquisa. O sambaqui está localizado na Fazenda Sambaqui, uma propriedade privada em Praia de Leste, no município de Pontal do Paraná, a cerca de 500m da margem direita do rio Guaraguaçu e 4.500m da sua foz, na Baía de Paranaguá, e aproximadamente 5 km da atual linha de costa. O sítio pode ser acessado através da estrada ecológica Domingos Mesquita Sant'Ana (Estrada Ecológica do Guaraguaçu), que começa junto à ponte do rio Guaraguaçu, na rodovia PR- 407 (Paranaguá - Praia de Leste). (DEPINÉ; OKA FIORI, 2005)

De acordo com Andreatta e Menezes (1968) este é o maior sambaqui do litoral paranaense, com proporções de 300m de comprimento x 50m largura x 21m de altura e, provavelmente foi um dos mais estudados. Seu formato é de um cone truncado formado por dois sambaquis superpostos: um, inferior, denominado "A", com 10m de altura, e o superior, "B", com 11m de altura. (Ver corte esquemático, anexo 2)

A formação dos sambaquis "A" e "B" é semelhante, sendo composto por conchas de berbigão, restos de outros moluscos, peixes e animais terrestres, formando camadas horizontais separadas por estratos de cinzas e carvões (ESPIRAIS DO TEMPO, 2006). Segundo Laming-Emperaire (1962), o sambaqui do Guaraguaçu possui uma idade de aproximadamente 4.200 ± 200 anos (A.P.).

O terreno que forma a região do Guaraguaçu faz parte da plataforma natural do tabuleiro arenoso, daí a inexistência de grandes elevações no terreno, nas proximidades das margens do rio Guaraguaçu, o tabuleiro arenoso é mais alto e não ultrapassa possivelmente 4m acima do nível da maré média (RAUTH, 1974). O rio Guaraguaçu, principal rio da planície litorânea, possui mais de 30 km de extensão, sendo direcionado de SSW para NNE, seu percurso é paralelo à costa e sua foz está localizada na baía de Paranaguá, sendo afetado pelas marés até a sua porção mediana (FERNANDES, 1947).

Os sedimentos onde se encontra o sambaqui do Guaraguaçu são constituídos quase que exclusivamente por areia misturada com restos de mariscos, sendo que os mais recentes têm coloração amarelo-clara e os mais antigos, encobertos pela vegetação, têm coloração branco-acinzentada (MAACK, 1942 *apud* FERNANDES, 1947).

Os sambaquis são sítios arqueológicos pré-históricos inseridos na paisagem holocênica do Período Quaternário (SCHMITZ, 1984). Estes locais são formados pelo acúmulo artificial de conchas de moluscos, restos de peixes e de outros animais, que contêm numerosos sepultamentos e, em menor escala, de ossos de mamíferos, répteis, aves e peixes, que são identificados mais raramente, devido às menores taxas de preservação no registro arqueológico. Segundo Chmyz (1986) Os detritos dispõem-se em camadas horizontais e inclinadas, onde são encontrados objetos confeccionados pelos indígenas e até mesmo esqueletos. (Ver anexo 1)

A localização dos sambaquis evidencia locais onde populações indígenas acamparam, temporária ou permanentemente, para explorar os recursos litorâneos, a população que os acumulou concentrava-se na planície costeira, explorando, predominantemente, os recursos ligados às águas do Oceano e das lagoas costeiras. Esses acampamentos em áreas de interseção ambiental estão associados à necessidade dos sambaquibas⁸ de estarem próximos a outros ambientes que não só o marinho, como enseadas, manguezais, canais, rios, florestas e próximos a afloramentos rochosos (PROUS, 1992; FAJARDO, 2002), ambientes que permitiam a ampliação das suas fontes alimentares, caracterizadas basicamente pela coleta de moluscos e pela pesca (PROUS, 1992; GASPAR, 2000; SILVA, 1999), com o mínimo de esforço e risco, durante o ano todo (LIMA, 1999-2000).

De acordo com Schmitz (2006) a dimensão destes sítios varia conforme a disponibilidade dos recursos nos espaços ocupados, portanto, em locais com abundância de recursos, os sítios além de se multiplicarem, assumiram grande proporção; e em locais onde os recursos eram menos densos ou constantes, os sítios são menores e mais dispersos.

Os sambaquis podem se tornar verdadeiros monumentos na paisagem (SCHMITZ, 2006), pois ao assumirem grandes proporções, os amontoados de conchas serviam como ponto estratégico de guarda para observar a aproximação de grupos inimigos e a movimentação de cardumes de peixes. Além disso, era um local

⁸ Habitantes dos sambaquis.

privilegiado, pois estava distante da umidade e dos insetos (ROHR, 1979). Segundo Gaspar (2000) os sítios eram, acima de tudo, o local onde os grupos se alimentavam, se reuniam, e enterravam seus mortos, construídos por populações que apresentavam a mesma tradição cultural, ou seja, um único sistema socio-cultural.

Existem três principais aspectos que diferenciam os sambaquis de outros sítios arqueológicos, a grande quantidade de conchas de moluscos acumulada, o sepultamento de mortos em seu interior, dividindo espaço com os vivos e “por serem o grupo que deixou a maior quantidade e diversidade de testemunhos de sua permanência no território brasileiro” (GASPAR, 1999, p. 160).

Cada sambaqui é um museu natural de objetos diversos e de antiguidades diferentes, exteriormente, a forma do sambaqui é a de uma colina de dimensões variáveis, cuja altura pode alcançar até 30m, e comprimento superior a 200m (ESPIRAIS DO TEMPO, 2006).

Desde o início da colonização os sambaquis foram explorados para fins industriais, para fornecimento de cal e também na compactação de leitos de estradas, o que comprometeu a sua preservação, sendo que milhares desses sítios foram destruídos, gerando uma enorme perda deste insubstituível patrimônio arqueológico.

Nas proximidades do sambaqui do Guaraguaçu existe um forno histórico, utilizado na transformação das conchas do sambaqui em cal (forno de caieira), transportado através do rio Guaraguaçu para Paranaguá, a fim de ser utilizado na pavimentação e construção de estradas (ROHR, 1979). Segundo Menezes (1968) existe uma região de várzea próxima ao forno, cujo caminho foi revestido com conchas do sambaqui e termina em um ancoradouro de um rio afluente do Guaraguaçu, provavelmente o rio Maciel.

Estas informações comprovam a degradação destes sítios, apesar dos inúmeros alertas de especialistas sobre importância da preservação dos sambaquis para incrementar o estudo da Pré-História tanto brasileira quanto mundial. (ROHR, 1979; LIMA, 1999-2000).

Alguns fatores que influenciam na degradação destes sítios e posterior perda de informações a respeito dos mesmos é, segundo Parellada e Gottardi Neto (1994), a localização em cidades ou vilas próximas às estradas que cortavam o

litoral paranaense, bem como a falta de fiscalização dos sítios, apesar da criação de leis de proteção estaduais e federais.

Os remanescentes do Sambaqui do Guaraguaçu, que ainda dão uma noção de sua imponência, juntamente com um forno secular, usado antigamente para a transformação das suas conchas em cal, e a mata circundante, estão tombados pela Curadoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria da Cultura do Paraná (ESPIRAIS DO TEMPO, 2006).

O tombamento do sambaqui do Guaraguaçu, foi aprovado na reunião do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do dia 30 de março de 1982, de acordo com a Lei nº 1.211 de 16 de setembro de 1953, pela então chefe da curadoria Rosina Coeli Alice Parchen. Segundo consta no processo, o Conselheiro Igor Chmyz propõe o tombamento do sítio arqueológico dispendo sobre suas características, que estariam “repousando sobre um tabuleiro arenoso, à margem de uma várzea, circundado por remanescentes da mata plúvio-tropical”. É o único sambaqui tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico no litoral do Paraná.

O material retirado do sambaqui durante escavações está depositado e exposto Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sendo composto por seixos rolados utilizados como percussores, quebradores-de-coquinho, bigornas e lâminas de machado de diabásio ou andesito lascadas bifacialmente, algumas com gume semipolido. (DEPINÉ; OKA FIORI, 2005)

A Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961 (publicada no Diário Oficial de 27 de julho de 1961), dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Considera os sambaquis monumentos arqueológicos pré-históricos e, estando, portanto sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o artigo 175 da Constituição Federal, são proibidos o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, destes sítios. Qualquer ato que venha a desobedecer tal proibição é considerado crime contra o Patrimônio Nacional, punível por lei.

No Brasil, a associação do tombamento com o isolamento de um bem patrimonial, tornando-o inútil é comum, porém Pellegrini Filho (1993) idealiza a correta utilização desse bem através da preservação ativa, inserindo o bem tombado no cotidiano da comunidade local, adequando seu uso e protegendo este patrimônio da degradação. Menezes (1978) afirma ainda que estes bens guardam a memória

da cidade e por isso devem estar inseridos na vida diária da comunidade, sendo entendido como uma reapropriação da cidade por seus cidadãos.

O interesse turístico relaciona-se neste processo com o lado contemplativo e externo de um bem tombado que pode ser motivado pelo turismo cultural, além da exclusão da comunidade local, uma vez que este pode tornar-se um bem de consumo para os visitantes, e excluir aqueles que fisicamente fazem parte da estrutura. A importância do patrimônio cultural é a de que o mesmo identifica a personalidade histórico-artística das comunidades. Dos grupos humanos e acaba por constituir a identidade cultural de um povo (GOYA, 1998).

De acordo com Depiné e Oka Fiori (2005) a atividade turística desenvolvida na região do Guaraguaçu pode ser um fator destrutivo do acervo arqueológico presente na região, pois o sambaqui estaria sofrendo degradações não condizentes com a importância do patrimônio, como pesquisas de alunos, visitação de turistas e influência dos moradores locais. Assim, a opção por desenvolver a atividade turística na região deve ser um instrumento de manutenção do patrimônio e de valorização da identidade e cultura local, difundindo o conhecimento sobre esse patrimônio e facilitando o acesso e uso do mesmo por moradores e turistas, atuando como estratégia de preservação destes (MTUR, 2006).

CAPÍTULO VI – A PESQUISA

Para os fins deste trabalho foi utilizado o método de pesquisa do tipo exploratória e descritiva, com procedimentos de pesquisa de campo e de gabinete.

A pesquisa exploratória é um trabalho preliminar para qualquer tipo de pesquisa, pois é através dela que são descobertas as primeiras informações sobre o tema a ser pesquisado, pois esta tem por finalidade principal desenvolver, esclarecer e modificar idéias e conceitos, de forma a tornar mais explícito o tema ou construir hipóteses a seu respeito (MATTAR, 1999).

Para levantar informações preliminares sobre o assunto foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, com consulta a fontes primárias, como arquivos públicos e dados estatísticos, e também fontes secundárias, ou seja, a bibliografia disponível sobre o tema a ser trabalhado (ANDRADE, 1998).

Na pesquisa descritiva os fatos são observados, registrados e analisados, com o objetivo traçar as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis através de uma técnica padronizada para a coleta de dados, com a aplicação de questionários. (GIL, 1999)

A coleta é o levantamento de dados sobre o objeto que se pretende analisar, o tipo de coleta aplicada neste trabalho foi do tipo direta, pois os dados foram obtidos na sua origem, através da aplicação prática dos questionários (BARBETTA, 2006), bem como pela inventariação dos potenciais produtos turísticos da região.

A pesquisa de campo baseia-se nos fatos como ocorrem na realidade, isto é, o pesquisador coleta os dados em campo, neste caso através da aplicação de questionários (apêndice 1), e formulários (apêndice 2) de inventariação da oferta turística na região.

Para atingir o segundo objetivo específico desta pesquisa: verificar o interesse da comunidade em transformar a região do Guaraguaçu em um produto turístico, foi criado e aplicado o instrumento para a coleta de dados junto à comunidade local da região investigada, sendo utilizado um questionário com perguntas fechadas e abertas (TRIGUEIRO, 2001), de forma a mapear os aspectos propostos nesse trabalho. Este questionário foi elaborado com base no questionário utilizado pelo Projeto de Extensão da Universidade Federal do Paraná – SerrAção.

Segundo Barbeta (2006) o método mais adequado no caso da região do Guaraguaçu, é o método censitário, no qual todos os indivíduos devem ser incluídos na pesquisa, devido ao número reduzido da amostra.

A pesquisa de campo foi realizada na comunidade da Vila do Guaraguaçu, com os residentes da Estrada Ecológica do Guaraguaçu, para verificar como estes percebem a potencialidade turística da região, enquanto atrativo turístico pois segundo Braga (2007) a comunidade local interfere ativamente no desenvolvimento da atividade turística, enquanto é afetada diretamente pelas conseqüências positivas e negativas da mesma.

Foram aplicados questionários junto à comunidade residente na Estrada Ecológica do Guaraguaçu, entrevistando um indivíduo em cada residência aberta, sendo que do total de trinta residências, vinte foram entrevistadas, portanto vinte moradores da estrada responderam ao questionário.

O questionário foi aplicado de forma direta, entrevistando os moradores que atendiam ao portão quando chamados e estavam dispostos a responder o mesmo.

A inventariação dos atrativos presentes nesta região foi realizada através do preenchimento de um formulário específico para esta finalidade (apêndice 2). Este formulário foi adaptado dos modelos utilizados no Projeto Inventário da Oferta Turística, do Ministério do Turismo. A tabulação deste inventário está disponível no apêndice 3.

O diagnóstico foi feito com base na análise SWOT, sendo adaptado para a realidade de avaliação de atrativos, uma vez que não podemos tratá-los como uma empresa. Segundo Machado (2005) e Wright, Mark e Parnell (2000), tem o seguinte significado: strenghts (forças); weaknesses (fraquezas); opportunities (oportunidades) e threats (ameaças), é uma ferramenta capaz de permitir uma análise específica dos recursos.

Devido a sua simplicidade de aplicação o modelo SWOT, é amplamente utilizado por ser representado geralmente em forma de matriz que permite que seja demonstrada a situação atual de maneira simples e de fácil entendimento.

AMBIENTE	<i>PONTOS POSITIVOS</i>	<i>PONTOS NEGATIVOS</i>
<i>INTERNO</i>	Forças	Fraquezas
<i>EXTERNO</i>	Oportunidades	Ameaças

QUADRO 1 - MATRIZ SWOT
 FONTE: MACHADO (2005)⁹

A análise SWOT fornece segundo Machado (2005), uma orientação estratégica bastante significativa, pois permite:

- Eliminar pontos fracos nas áreas que enfrenta ameaças graves da concorrência e tendências desfavoráveis perante o negócio;
- Compreender oportunidades descobertas a partir de seus pontos fortes;
- Corrigir pontos fracos nas áreas em que a organização vislumbra oportunidades potenciais;
- Monitorar áreas onde a organização possui pontos fortes afim de não ser surpreendida futuramente por possíveis riscos e incertezas.

Esse modelo visa identificar os principais pontos fortes e fracos, além das oportunidades e ameaças, para nortear o processo de planejamento, pois é a partir dessa análise que se descobrem quais os recursos com que se pode contar e também quais são os pontos vulneráveis no momento de se estabelecerem as estratégias de desenvolvimento.

Após a aplicação dos questionários foi realizada a verificação dos dados, a codificação e a tabulação. Segundo Mattar (1999), na etapa de verificação observa-se se todas as questões foram respondidas e se existe coerência nas respostas. Na codificação os dados que se correlacionam são categorizados, nesta etapa as questões abertas tornam-se símbolos que poderão ser inseridos em uma tabela e as questões fechadas são tabuladas diretamente (OLIVEIRA, 1997). A tabulação consiste na organização dos dados em tabelas, para serem analisados através de técnicas estatísticas. As tabelas podem ser feitas manualmente ou eletronicamente (MATTAR, 1999). Neste trabalho foi realizada a tabulação eletrônica, onde cada questão foi recriada em tabelas no Excel, existindo uma coluna, para cada opção de respostas das questões fechadas. A partir do preenchimento destas tabelas foram desenvolvidos gráficos para auxiliar na análise dos resultados.

⁹ MACHADO, Rosa Teresa Moreira. Estratégia e competitividade em organizações agroindustriais. Lavras: UFLA/FAEPE, 2005.

QUESTIONÁRIO DIRECIONADO À COMUNIDADE DO ENTORNO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO GUARAGUAÇÚ	
1. Você sabe o que é um sambaqui?	
Sim	15
Não	5
2. Você conhece o Sambaqui do Guaraguaçu?	
Sim	15
Não	5
3. Você conhece o Forno de Caieiras do Guaraguaçu?	
Sim	15
Não	5
4. Você conhece algum ponto Turístico na região do Guaraguaçu?	
Sim	18
Não	2
5. Você acha que a região do Guaraguaçu consegue atrair turistas?	
Sim	13
Não	7
6. Você já teve contato com turistas nesta região?	
Sim	5
Não	15
7. Você tem interesse em trabalhar em atividades ligadas ao turismo nesta região?	
Sim	15
Não	5
8. Você gostaria que houvesse mais turistas visitando a região do Sítio Arqueológico do Guaraguaçu?	
Sim	20
Não	0

QUADRO 2 – TABULAÇÃO DO QUESTIONÁRIO
 FONTE: O autor (2008)

6.1 ANÁLISE DA POTENCIALIDADE TURÍSTICA DA REGIÃO DO GUARAGUAÇU

O turismo é uma atividade importante no litoral do Estado, estando a vocação turística de Pontal do Paraná baseada no turismo de sol e praia, desenvolvido ao longo dos seus 48 balneários, com destaque para os balneários de Praia de Leste, Santa Terezinha, Ipanema, Shangri-lá e Pontal do Sul (SCORTEGAGNA *et al.*, 2005).

O principal produto de Pontal do Paraná é o turismo de Sol e Praia e durante a temporada (dezembro à março) é esta atividade que movimenta a economia da cidade. Contudo, o município possui outros recursos naturais e culturais de valor, os quais constituem importantes atrativos turísticos potenciais para o município.

A pesca esportiva pode ser outro atrativo, uma vez que esta atividade já possui uma demanda significativa em outras regiões do país, o rio Guaraguaçu constitui-se em um atrativo potencial.

O município é declarado Área de Interesse Turístico por Decreto Estadual, visa para o seu desenvolvimento, que as atividades aqui desenvolvidas estejam centradas no aproveitamento sustentável dos recursos naturais, em especial as praias, as áreas preservadas, Unidades de Conservação, além das matas naturais de propriedades particulares (LEAL, 2000).

Sendo assim, a partir dos dados da inventariação da região do Guaraguaçu, foi analisada a sua potencialidade turística, bem como o interesse de seus habitantes no desenvolvimento desta atividade no local.

6.4.1 Atrativos Turísticos da Região do Guaraguaçu

Os atrativos turísticos podem ser naturais, culturais, manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados, e de acordo com a Embratur considera-se como atrativo turístico todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse para o turismo (EMBRATUR, 1992).

Com base em tais definições, pode-se dizer que o atrativo turístico tem por finalidade atrair, como derivado de atrativo, os grupos humanos para um determinado lugar. Lugar este que, dentro de uma perspectiva humanística de geografia, engloba as características e funções de que necessitam os grupos humanos à sua vivência (TUAN, 1983), sendo assim, os atrativos de cada lugar devem satisfazer às necessidades naturais que os grupos humanos têm do movimento.

Dentre os atrativos naturais de Pontal do Paraná encontram-se as praias, o rio Guaraguaçu, o Parque Natural Municipal do Manguezal do Rio Perêque, a Estrada Ecológica do Guaraguaçu, e as Ilhas dos Currais e Ilha da Galheta. Como atrativos históricos e culturais podem ser citados os Sambaquis do Guaraguaçu, o Forno de Caeiras, o artesanato, a Casa da Cultura, entre outros. Ainda destacam-se o calçadão do balneário de Praia de Leste, o terminal de Embarque para a Ilha do Mel, o CEM – Centro de Estudos do Mar, além de festas e eventos.

Na Vila do Guaraguaçu, a qual compreende a região próxima ao km 14 da PR-407, concentram-se alguns dos importantes atrativos do município.

A seguir serão apresentados os atrativos inventariados na região, divididos em atrativos naturais e atrativos histórico-culturais, descrevendo-os brevemente e realizando uma análise da potencialidade de cada um, um quesito observado em todos os atrativos que precisa ser melhorado é a sinalização turística, que ainda não está disponível no local.

6.4.1.1 Atrativos Naturais

O Turismo se apropria dos recursos naturais, transformando-os em atrativos turísticos, podendo intervir tanto de forma positiva quanto negativa sobre a integridade do ambiente onde se insere. Conforme Boullón (2002, p. 38), os atrativos turísticos, naturais ou culturais: “[...] constituem a causa principal que motiva as pessoas a viajar até eles, tanto para conhecê-los, como para desfrutar do consumo das atividades que sejam programadas com o fim de satisfazer suas expectativas”.

A interação entre os recursos naturais e o turismo resulta na busca de um ponto de equilíbrio entre seu uso e proteção, pela própria perpetuação da atividade turística (RUSCHMANN, 2000).

6.4.1.1.1 Rio Guaraguaçu

O rio Guaraguaçu (Figura 2) está localizado no setor sul da sub-bacia da Baía de Paranaguá e nasce próximo à cidade de Matinhos, na planície litorânea, a dois quilômetros da orla marinha e segue no sentido NNE. Recebe apenas cinco afluentes ao longo do seu percurso de 61,7km (aproximadamente 30 km em linha reta). Na margem direita, o principal afluente é o rio Pery que nasce em Praia de Leste. Na margem esquerda, os rios Indaial ou Sertão Grande, do Meio, Cachoeirinha, das Pombas, São Joãozinho e Pequeno, este último já no seu delta, são os mais importantes. Desemboca no Canal da Cotinga, defronte a ilha de mesmo nome, na Baía de Paranaguá. Sua foz abre-se em um segundo braço a leste denominado rio Maciel (SVOLENSKI, 2000).

Segundo Angulo (1992), o rio Guaraguaçu possui um curso superior localizado na área serrana, com fortes declives, vales fortemente encaixados e padrão retilíneo de drenagem. O curso inferior, já na planície, possui amplo vale de fundo plano e padrão de drenagem meandrante, conferido pelas características dos sedimentos presentes na região.

O rio Guaraguaçu, é afetado pelas marés, que chegam até sua porção mediana, vazando em direção ao mar durante a maré baixa, estagnando suas águas durante certo período e sofrendo refluxo durante a enchente da maré. Isto pode ser visto com muita intensidade em todo o percurso que o rio faz sobre a planície (SVOLENSKI, 2000).

Seu curso foi direcionado de SSW para NNE, paralelamente à costa, procurando sua foz mais ao norte, na baía de Paranaguá, e incrementando a sedimentação de origem continental ao carregar materiais desagregados das vertentes dos contrafortes marítimos da Serra do Mar e assegurando com seus afluentes a umidade local (FERNANDES, 1997).

Suas águas são transparentes e negro-avermelhadas devido, provavelmente, às grandes quantidades de matéria orgânica e ferro recebidas das florestas. Embora o rio Guaraguaçu seja o de maior importância para a Bacia Hidrográfica de Paranaguá, há poucos dados fluviométricos disponíveis sobre ele. É classificado como rio Classe 2 em função da qualidade de suas águas, necessidade de manutenção e pelo seu uso (SVOLENSKI, 2000).

Na região não é praticada a pesca comercial, mas ocorrem à esportiva e a artesanal. Os pescadores artesanais são eventuais, estão em baixo número, pescam pouca quantidade e usam as chamadas “canoa de um pau”¹⁰. A pesca esportiva envolve pescadores de finais de semana ou de temporada que têm seus barcos ancorados em uma das duas marinas existentes na região. Os eventuais esportistas que retiram o peixe também estão em baixo número e usam linha e anzol, molinete, isca artificial ou o próprio camarão nativo (*Macrobrachium potiuna*) que coletam no local ou encomendam aos moradores. Os esportistas geralmente fazem uso de barcos de alumínio e de fibra de 12 a 18 pés de comprimento. Nesta atividade é comum a prática do pesque e solte. Uma vez por ano ocorre na região um torneio desta modalidade de pesca (SEMA, 2006).

O rio Guaraguaçu é um rio típico de planície, com seu curso de padrão meandrante, em diferenças entre seu alto, médio e baixo cursos. É um rio quase integralmente influenciado pelas marés, tendo suas águas represadas e mesmo sofrendo refluxo, alagando, com suas águas doces, as partes mais baixas dos terrenos ao seu redor.

No quadro abaixo estão classificados os quesitos observados durante a inventariação. De um modo geral, o rio Guaraguaçu possui boa potencialidade turística, sendo as melhorias necessárias para seu uso iniciadas com a revitalização da ponte sobre o rio, na PR 407, Km 14, que liga Paranaguá a Pontal do Paraná. Esta oferece risco aos pedestres que precisam cruzá-la, pois a área de circulação é bastante reduzida. Os outros dois elementos encontram-se aliados de certa forma, pois o uso das marinas depende da navegabilidade do rio, que é um pouco reduzida, sendo praticada por embarcações de pequeno porte. Para melhorar a navegabilidade é preciso realizar um estudo de viabilidade de drenagem dos pontos

¹⁰ As canoas de pau são construídas artesanalmente através da escultura de um único tronco de árvore.

necessários para embarcações de médio/grande porte navegarem tranquilamente. Por outro lado é preciso investir na infra-estrutura das marinas e capacitar os funcionários para melhor receber o turista e fortalecer a imagem deste destino na região.

PONTOS FORTES	PONTOS A MELHORAR
Rio navegável	Sinalização Turística
Pesca de subsistência e esportiva	Ponte (PR 407, Km 14)
Uso turístico (Pesca e passeios de barco)	Uso turístico (marinas)
Importante para população ribeirinha	Navegabilidade
Comunicação com o mar	
Presença de marinas	
Mata ciliar – Mata Atlântica	

QUADRO 3 - ANÁLISE SWOT: RIO GUARAGUAÇU

FONTE: O autor (2008)



FIGURA 2 - RIO GUARAGUAÇU

FONTE: O autor (2008)

6.4.1.1.2 Estrada Ecológica do Guaraguaçu

A Estrada Ecológica do Guaraguaçu (Figura 3) tem início no km 14 da PR-407, é uma estrada revestida de conchas provenientes dos sambaquis, caracterizada por sua beleza cênica e diversidade de fauna e flora. A estrada tem uma extensão de 20 km margeando o rio Guaraguaçu, antigamente ligava a Vila do Guaraguaçu até Pontal do Sul, porém não está mais sendo utilizada pela inacessibilidade em alguns trechos. Leva à aldeia indígena M'BYA, ao Forno de Caieiras e aos Sambaquis do Guaraguaçu, sendo propícia para a observação de fauna e flora e trilhas ecológicas. A presença de casas ocorre somente nos primeiros 2 quilômetros da estrada, sendo o restante do percurso composto por Mata Atlântica bem conservada. Seu acesso é liberado, não existindo nenhuma taxa de visitação.

Esta estrada tem alto potencial para receber investimentos voltados ao turismo sustentável, pois além da paisagem que proporciona, passa por áreas indígenas (aldeia M'Byá) e sambaquis, um deles apontado como o mais importante do litoral paranaense (SEMA, 2006).

Estudos e diagnósticos iniciais indicam que a Estrada Ecológica do Guaraguaçu constitui-se em uma das últimas áreas ao longo do litoral paranaense que apresenta ambientes com características primitivas ainda mantidas. Os graus de conservação desses ambientes os caracterizam como verdadeiros patrimônios naturais. (ANTONELLI FILHO, 2002).

Na análise da Estrada Ecológica os pontos que precisam ser melhorados dizem respeito à conscientização sobre a importância da conservação e manutenção da mesma, pois para que os pontos fortes sejam mantidos, como beleza cênica e belezas naturais, é preciso que seja realizada a manutenção da estrada e que esta não seja degradada, pois sem sua beleza esta perderia sua atratividade turística. É importante ressaltar que as casas da Estrada estão localizadas nos primeiros quilômetros, sendo o restante do percurso realizado na mata nativa, e os equipamentos de apoio ao turista estariam localizados nestas residências.

PONTOS FORTES	PONTOS A MELHORAR
Belezas naturais (diversidade de flora e fauna)	Degradação (falta de conscientização da população e dos visitantes)
Beleza cênica (trechos de mata mais fechada, estrada coberta de conchas)	Manutenção
Fácil acesso, plana	Sinalização Turística
	Melhor aproveitamento turístico (observação de fauna e flora; trilha ecológica de bicicleta, trilhas interpretativas de educação ambiental)
	Propriedades no início da estrada (sensibilização e conscientização, participação na preservação da estrada)

QUADRO 4 - ANÁLISE SWOT: ESTRADA ECOLÓGICA DO GUARAGUAÇU

FONTE: O autor (2008)

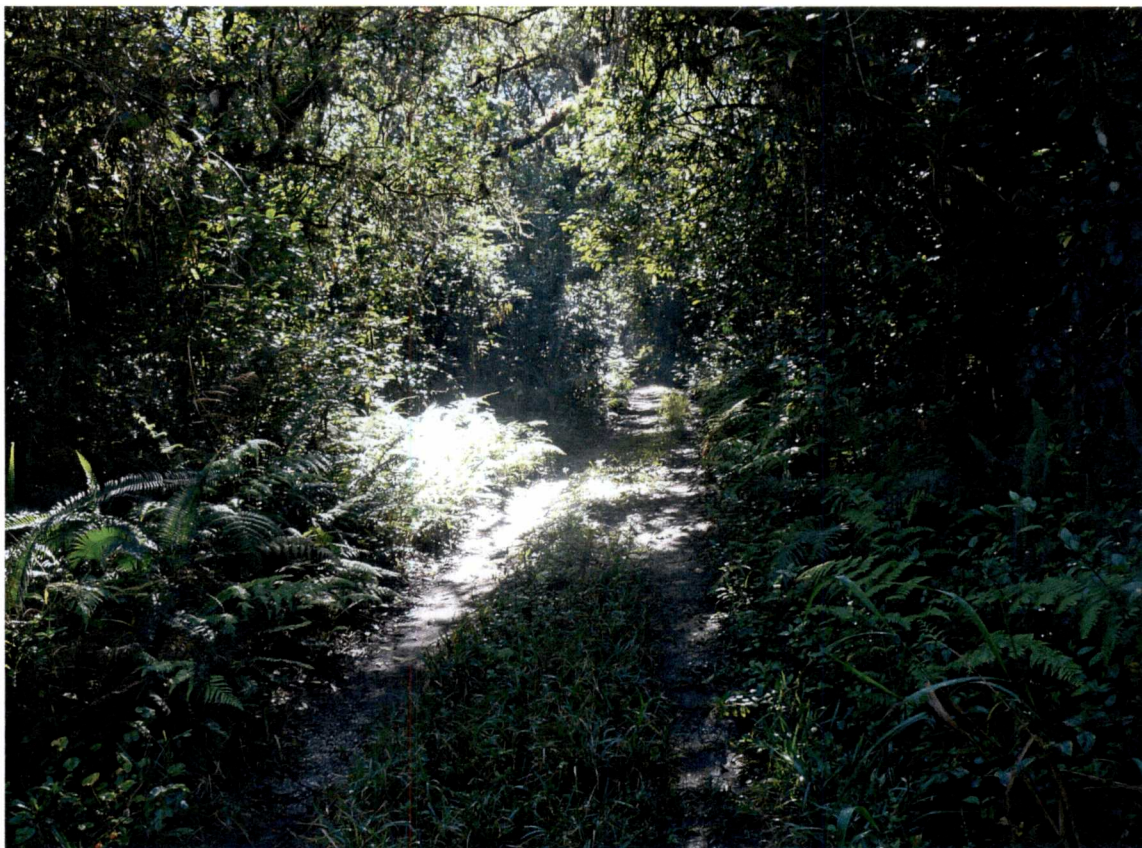


FIGURA 3: ESTRADA ECOLÓGICA DO GUARAGUAÇU

FONTE: O autor (2008)

6.4.2 Atrativos Histórico-Culturais

A cultura é o que torna singulares os sujeitos, portanto, o patrimônio enquanto expressão cultural vai construir os costumes, a política, os interesses econômicos e sociais de um povo e as características do lugar (LEFF, 2000). Assim, Pellegrini Filho (1997) coloca que o significado de patrimônio cultural é muito amplo, incluindo outros produtos do sentir, do pensar e do agir humano – o que no conjunto se poderia definir como o meio ambiente artificial. De acordo com Gonçalves (1996), a expressão patrimônio cultural é usada para designar objetos no sentido mais geral desse termo: prédios, obras de arte, monumentos, lugares históricos, relíquias, documentos, e diferentes modalidades de práticas sociais objetificadas enquanto bens culturais, artesanato, rituais, festas populares, religiões, esportes, etc.

Por se tratar do patrimônio que busca caracterizar a memória da identidade de uma sociedade, o patrimônio cultural se configura como histórico na medida em que resgata a tradição de uma região e comunidade (RODRIGUES, 1996).

A interação entre a história e o turismo ocorre de forma que a história figura como instrumento para a compreensão e, o turismo, como veículo de divulgação e fruição dos bens culturais, propiciando o contato e a interação com o patrimônio, a descoberta ou redescoberta de lugares desconhecidos, com costumes diferentes (CAMARGO, 2002).

6.4.2.1 Forno de Caieiras

O forno histórico (Figura 4) localizado ao sul do Sambaqui do Guaraguaçu está situado em uma clareira de cerca de 5 m de raio, foi utilizado durante a época colonial para a fabricação de cal, através da incineração das conchas dos sambaquis, para a construção das estradas de Paranaguá. O cal era transportado pelo rio Guaraguaçu até Paranaguá (ROHR, 1979).

O forno foi datado em aproximadamente 400 anos, e certamente constitui um importante patrimônio histórico-cultural do município, além de uma obra da engenharia de riqueza cênica e arquitetônica. No entanto, encontra-se abandonado

e sem nenhum tipo de fiscalização. O fato de estar localizado em um local de pouca visibilidade contribui para sua conservação, visto que não existem sinais de vandalismo no local. O principal fator de degradação deste forno foi a retirada de tijolos para utilização doméstica.

Os pontos que deverão ser melhorados neste atrativo são a definição de uma trilha única de acesso, para que o restante da vegetação permaneça conservada, a colocação de uma placa explicativa, para interpretação do valor deste patrimônio para a região e a valorização e preservação deste atrativo, para que não se perca sua história e os monitores adquiram um sentimento de afinidade com um bem que está tão próximo e auxiliem na sua preservação.

PONTOS FORTES	PONTOS A MELHORAR
Patrimônio histórico-cultural	Valorização - abandono
Riqueza histórica e cênica (obra de engenharia e arquitetura)	Fiscalização e preservação
Integrado com a natureza (muitos passam despercebidos pelo forno) - preservação	Sinalização turística (no acesso)
Nenhum sinal de vandalismo	Instrumentos para interpretação do patrimônio (placa explicando a história do forno, sua importância e etc.)
	Definir uma trilha única de acesso

QUADRO 5 - ANÁLISE SWOT: FORNO DE CAIEIRAS

FONTE: O autor (2008)



FIGURA 4 - FORNO DE CAIEIRAS
FONTE: O autor (2008)

6.4.2.2 Sambaquis do Guaraguaçu

No final da estrada, encontram-se os Sambaquis do Guaraguaçu (Figura 5), importante patrimônio histórico-cultural deixado pelos índios, datado aproximadamente de 4000 a.C. No local os índios depositavam restos mortais e de alimentos, além de objetos utilizados na época e conchas, sendo que muitos dos objetos ali encontrados estão expostos no Museu Paranaense. Os sambaquis foram tombados pelo IPHAN pela lei federal nº 3924/61 e decreto estadual nº1230/92, contudo, o local também encontra-se abandonado, degradado, com presença de lixo ao redor, e sem nenhum tipo de fiscalização.

Ao se caminhar na trilha pela lateral do sambaqui do Guaraguaçu, em sentido Norte, a mata de restinga domina em direção ao mar. Porém, logo que o sambaqui acaba, encontra-se uma área alagada pela qual a trilha chega ao rio

Maciel, onde uma pequena faixa de plantas características de marismas (*Spartina* sp.) precede a vegetação de mangue (SEMA, 2006).

Na visita ao Sambaqui foi possível observar o deslizamento de camadas de conchas pela encosta do monte, seja pela ação natural do vento ou da chuva, seja pela ação humana, através do pisoteamento das trilhas que levam ao topo do sítio. Uma grande extensão de conchas que outrora faziam parte do sambaqui foi retirada para a pavimentação dos caminhos e para a fabricação de cal (ROHR, 1979).

O Sambaqui é o atrativo mais significativo do ponto de vista cultural neste roteiro, sua importância enquanto patrimônio histórico-cultural e a sua dimensão, é o maior do Paraná, são pontos fortes que devem ser trabalhados junto aos visitantes, a sensibilização e conscientização dos turistas e moradores, bem como a inserção de placas informativas auxiliarão na valorização deste bem e na sua conservação, pois mais da metade do mesmo já foi degradada. O acesso de motocicletas e automóveis até o local deverá ser proibido, todo visitante deverá parar na Aldeia Indígena e seguir o restante do percurso caminhando, esta também é uma forma de o visitante interagir com o ambiente que está visitando.

PONTOS FORTES	PONTOS A MELHORAR
Patrimônio histórico-cultural (cultura indígena)	Valorização
Riqueza histórico-cultural e beleza cênica (imensidão)	Fiscalização e Preservação do patrimônio
Tombamento	Sensibilização e conscientização da população e dos visitantes (não possuem conhecimento da importância e do valor do patrimônio)
	Degradação (ação de visitantes)
	Sinalização turística
	Instrumentos para interpretação do patrimônio (placas explicando a história e importância dos sambaquis)
	Fiscalização do acesso com veículos e motos nas proximidades do sambaqui
	Mais da metade dos sambaquis já foi degradado

QUADRO 6 - ANÁLISE SWOT: SAMBAQUI DO GUARAGUAÇU

FONTE: O autor (2008)



FIGURA 5 – SAMBAQUI DO GUARAGUAÇU
FONTE: O autor (2008)

6.4.2.3 Aldeia Indígena M'Bya

A área de entorno do sambaqui do Guaraguaçu é habitada pelos índios da aldeia M'Byá (Figura 6), e devido aos problemas inerentes à sua permanência no local, atualmente a aldeia é composta por apenas uma família de índios (um casal e três crianças). As outras famílias abandonaram provisoriamente a aldeia com destino à ilha da Cotinga, localizada na Baía de Paranaguá em frente à foz do Rio Guaraguaçu, e Joinville, no estado de Santa Catarina.

Segundo os índios, suas principais atividades são o cultivo e a pesca, sendo que estes cultivam aipim, milho, feijão, banana, araçá, goiaba – praticamente as

mesmas espécies cultivadas há 60 anos, segundo Fernandes (1997). Os índios realizam a pesca com linha e anzol, principalmente de robalo, parati, pescadinha e bagre. A caça compõe-se de tatus e quatis. Próximo às casas do Tekoá (aldeia) encontra-se um córrego do qual é captada água doce através de bombeamento.

Mediante decreto municipal, o terreno ocupado pelos índios foi declarado como área indígena. Atualmente conta com a assistência da FUNAI, da FUNASA e da prefeitura municipal de Pontal do Paraná. No local é possível conhecer e adquirir o artesanato produzido pelos índios, embora eles ainda não estejam preparados para atender os visitantes.

A aldeia é um atrativo que desperta a curiosidade dos visitantes, pois muitos nunca tiveram contato com índios, as casas de madeira e barro e o artesanato (Figura 7) chamam a atenção, porém é preciso tomar alguns cuidados para que os índios sintam-se valorizados e mantenham sua área também preservada e em boas condições. A apicultura é uma atividade que poderia ser aproveitada para uso turístico juntamente com seu artesanato. A dicotomia indígena x civilização precisa ser trabalhada, pois os mesmos estão inseridos em uma comunidade e dependem dela para sobreviver.

Um problema para trabalhar a aldeia enquanto atrativo turístico é a desorganização desta e dificuldade de comunicação com os índios.

PONTOS FORTES	PONTOS A MELHORAR
História, cultura indígena	Abandono, dificuldades de recursos
Artesanato	Limpeza ao redor
Casas de madeira e barro	Apicultura
	Estímulo e valorização da cultura indígena (a começar pelos próprios índios)
	Conhecimento, instrução e conscientização
	Dicotomia: modo de vida indígena x civilização

QUADRO 7 - ANÁLISE SWOT: ALDEIA INDÍGENA M'BYA
 FONTE: O autor (2008)



FIGURA 6 – ALDEIA INDÍGENA M'BYA
FONTE: O autor (2008)



FIGURA 7 – ARTESANATO INDÍGENA - M'BYA
FONTE: O autor (2008)

A principal demanda de visitantes na região do Guaraguaçu é formada por pesquisadores, biólogos, arqueólogos e estudantes em virtude do patrimônio histórico e cultural presente no local, além da grande diversidade de fauna e flora. E também, visitantes que buscam a pesca esportiva no Rio Guaraguaçu.

Existe potencialidade em todos os atrativos observados, alguns necessitando de mais investimentos do que outros, porém de forma geral o desenvolvimento de um roteiro nesta região é viável, devido a diversidade de atrativos, as atividades propostas raramente se repetem, sendo oferecidos serviços diferentes em cada parada.

6.5 ANÁLISE DO INTERESSE DA POPULAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA REGIÃO

Nas entrevistas com os moradores da Estrada Ecológica do Guaraguaçu, realizadas entre os dias 11 e 13 de julho de 2008, foi observado que existem trinta casas no início da estrada, porém a entrevista foi realizada em vinte destas, pois as demais estavam fechadas nos três dias.

A maioria dos entrevistados (75%) sabe o que é um sambaqui, e conhece o Sambaqui do Guaraguaçu e o Forno de Caieiras, considerando estes atrativos potenciais para a região.

O atrativo mais citado nas entrevistas foi a Aldeia Indígena, devido ao índice de visitantes que buscam conhecer os índios. Em segundo lugar foi citada a natureza (beleza local) com um atrativo importante na região, seguido por um local denominado Barranco Branco, onde existe uma casa abandonada e é utilizado para pesca. O rio Guaraguaçu, o Forno de Caieiras e o Sambaqui tiveram 12% das indicações ficando em quarto lugar.

Grande parte dos moradores já teve contato com turistas na região, sendo que este ocorre na Estrada Ecológica ou na própria residência dos entrevistados, quando os visitantes para pedir informações ou conhecer o local.

Quando questionados sobre o interesse em trabalhar em atividades ligadas ao turismo, 75% dos entrevistados afirmou estar interessado neste tipo de trabalho, sendo a atividade mais citada a de acompanhante de grupos nas visitas, seguidas

por atividades relacionadas ao atendimento ao turista na própria casa, com lanchonetes e espaços para visita.

Este dado torna importante a iniciativa de capacitação destes moradores, uma vez que estes já atuam guiando grupos e estão interessados no desenvolvimento do turismo, através do curso de monitores poderão oferecer um trabalho mais qualificado aos turistas e fornecer informações precisas quanto aos atrativos, valorizando a visita.

Quanto ao desenvolvimento da atividade turística nesta região, 65% dos entrevistados acredita que a região consegue atrair visitantes, e 100% dos entrevistados gostaria que a atividade fosse fomentada na região, consolidando o fluxo de turistas e trazendo benefícios para a região.

6.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA

Ao analisar a potencialidade turística da região do Guaraguaçu, foi possível observar o quanto é variada a oferta da região, ampliando os horizontes da pesquisa que até então estavam restritos ao Sambaqui e ao Forno de Caieiras enquanto atrativos desta área. Além disso foi possível perceber como a comunidade está posicionada em relação aos seus atrativos e ao desenvolvimento turístico da sua região.

Os atrativos inventariados foram classificados de forma positiva, sendo as adaptações e melhorias necessárias algumas mudanças básicas, relacionadas ao posicionamento da comunidade frente aos atrativos, como a valorização e conservação dos mesmos. O turismo pode ser este instrumento valorizador, ao agregar renda para a comunidade e ao perceber o interesse do turista pela região na qual se vive, é possível que a comunidade perceba a importância da preservação de seus bens.

O produto proposto a partir destes resultados visa desenvolver a região investindo na própria comunidade, para que ao perceber a importância da preservação dos atrativos passe a valorizar ainda mais a região, em processo natural de orgulho por pertencer a este local.

CAPÍTULO VII – O PRODUTO

O produto proposto após a pesquisa realizada na região do Guaraguaçu, é a formatação de um roteiro (figura 8) que envolva os atrativos disponíveis nesta região, iniciando-se com as marinas localizadas no início da Estrada Ecológica do Guaraguaçu, passando para a estrada propriamente dita, a observação e/ou passeio pelo rio Guaraguaçu, seguida pela visita a aldeia indígena M'Bya, ao Forno de Caieiras e ao Sambaqui do Guaraguaçu.



FIGURA 8 - MAPA DO ROTEIRO DO GUARAGUAÇU
 FONTE: ECOPARANÁ (2008)

Com esta iniciativa pretende-se fomentar também o desenvolvimento de pontos de visitação na própria estrada, como já é o caso do Santuário Guaraguaçu, uma propriedade da Estrada Ecológica do Guaraguaçu que trabalha com reservas e oferece passeios de caiaque e almoço com o prato típico do município de Pontal do Paraná, a Cambira, um tipo de moqueca de peixe com banana (figura 9).



FIGURA 9 – CAMBIRA: PRATO TÍPICO DE PONTAL DO PARANÁ
FONTE: Revista Ecovia (2006)

Ao inserir dois bens patrimoniais tombados neste roteiro, faz-se necessário observar que os bens patrimoniais brasileiros são protegidos por leis federais (Decreto 25/37 e Lei 3924/61), visando sua manutenção para usufruto da sociedade nacional e limitando, deste modo, os direitos individuais em função do interesse público. Ao se propor a abertura de um sítio ou monumento à visitação, é necessário indicar a existência dessa legislação, dos órgãos federais com competência para sua aplicação e as sanções aos infratores dessas leis, buscando uma linguagem adequada para que essas informações sejam incorporadas pelo visitante, tornando-o co-responsável pela proteção do patrimônio cultural.

A preservação da paisagem do entorno de um bem cultural, seja ele natural ou construído, é tema da maior importância para o objeto central da visitação pública, já que condiciona diretamente sua apreciação. Devido a intenção de promover estes locais para visitação, é necessário o estudo do espaço físico em sua

totalidade, considerando-se o ambiente em que o bem está inserido, assim surgiu a idéia de trabalhar um roteiro e não somente os bens isolados. A inexistência de proteção legal definida para esta paisagem, gera a necessidade de se promover sua preservação por meio de ações educativas, evitando-se o desmatamento, proibindo a caça, a pesca predatória e a coleta de plantas, bem como a implantação de equipamentos que não estejam em harmonia com o conjunto.

As propriedades encontram-se em uma área de Mata Atlântica com prioridade para sua preservação, de possível relevância para manutenção da biodiversidade regional, assim de acordo com o interesse dos proprietários, observado durante a aplicação da pesquisa foram indicadas algumas atividades a serem desenvolvidas nas propriedades.

Propriedade	Marina	Santuário Guaraguaçu	Bicicletário
Potencialidade	<ul style="list-style-type: none"> - Hospedagem - Alimentação - Passeio de barco - Observação da fauna e flora - Pesca esportiva - Banheiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Alimentação - Observação de fauna e flora in situ - Passeios de caiaque - Banheiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Aluguel de bicicletas para o passeio - Local de descanso - Bebedouros - Banheiros

QUADRO 8: POTENCIALIDADE DE USO DAS PROPRIEDADES
 FONTE: O autor (2008)

7.1 O CENTRO DE RECEPÇÃO AO VISITANTE

O centro de recepção ao visitante é a conjugação entre equipamentos e a interpretação necessária ao benefício dos mesmos, tornando-se um importante ponto de referência do roteiro, complementando a apreciação deste.

No município de Pontal do Paraná o Posto de Informações Turísticas, está localizado próximo à entrada da Estrada Ecológica do Guaraguaçu, e pode ser adaptado para funcionar como este centro, uma vez que, de acordo com a diretora do Departamento de Cultura e Turismo do município, Francisca Kaminski, este está em fase de construção.

Adotando as seguintes instalações básicas o posto será facilmente adaptado pra um centro de recepção ao visitante:

- local destinado à recepção/orientação;
- administração;
- local para venda de produtos variados, como material de caráter cultural (livros, slides etc) ou souvenirs;
- área para exposições;
- sanitários;
- ambulatório para primeiros socorros;
- pequeno auditório/sala de projeção.

Este centro deve ser adaptado observando-se a melhor disposição das instalações, condições de salubridade (iluminação, ventilação, proteção ao usuário e aos objetos expostos). É importante considerar que é no centro de apoio que se poderá fornecer o maior número de informações ao visitante, seja antes ou após a visita ao roteiro. Ao percorrer essa unidade, o visitante deverá ter à sua disposição as informações mínimas sobre o roteiro e as indicações sobre regras de comportamento, assim como orientação sobre localização dos demais equipamentos.

Ao avaliar o que será exposto neste centro é necessário realizar uma seleção prévia, em que seja determinado o foco temático a ser priorizado e aqueles que o complementarão. Como regra geral, o centro de recepção deve ter como função básica, o fornecimento de todas as informações que possam ser colocadas à disposição do visitante, independentemente de suas limitações de deslocamento ou de apreciação do bem cultural.

Assim um meio de disponibilizar informações sobre o roteiro para o turista é a elaboração de painéis sobre os atrativos, enfatizando o que existe de melhor em cada um deles e fazendo um breve descritivo destes. Outro modo de interação do visitante com o roteiro são as exposições permanentes com fotos e materiais relativos ao roteiro, como artesanato indígena, artesanato de fibra de bananeira característico da região, além de objetos extraídos do sambaqui que estão expostos no Museu Paranaense e no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná em Paranaguá.

Como já existe certa estrutura no local, acredita-se que os principais equipamentos a serem instalados sejam: linha telefônica, através da qual será possível o agendamento das visitas e um computador, onde poderão ser

armazenadas as informações referentes a cada grupo de visitantes, bem como um controle das atividades desenvolvidas e propriedades visitadas.

Além disso, existe a necessidade da aquisição de materiais para uso na capacitação dos monitores como papel, lápis de cor e canetas, tintas a base de água, flip charts e material para a elaboração dos painéis explicativos, além de lixeiras para serem instaladas próximas ao centro de recepção.

Para efetivo inicial serão utilizados os moradores interessados em trabalhar no posto de informações, e o investimento nos mesmos constituiu-se de um treinamento para monitoramento dos visitantes do roteiro. Será contratado somente um funcionário auxiliar de serviços gerais, que será responsável pela limpeza dos banheiros, sala de treinamentos e salão de exposições/recepção. A administração do centro de recepção ao visitante será de responsabilidade conjunta entre a prefeitura do município e a Fundação Guaraguaçu, esta fundação é uma organização dos moradores da região que tem interesse no seu desenvolvimento turístico.

Para que os monitores estejam preparados para instruir o grupo a realizar as atividades de maneira segura e também para atender algum eventual incidente, será realizada uma capacitação destes.

7.2 A CAPACITAÇÃO DOS MORADORES DA ESTRADA ECOLÓGICA DO GURAGUAÇÚ PARA ATUAR COMO MONITORES NO ROTEIRO

O roteiro proposto neste projeto é um roteiro guiado, assim os moradores da Estrada Ecológica do Guaraguaçu que demonstraram interesse em trabalhar com a atividade turística durante a realização da pesquisa serão convidados para atuarem como monitores no roteiro, recebendo então a capacitação para realizar esta atividade.

A conscientização dos moradores pode ocorrer devido à possibilidade de um desenvolvimento adequado do turismo, gerando empregos diretos (participação da comunidade na manutenção dos atrativos) e indiretos para a comunidade. Assim, a fauna e flora continuarão a existir e a cultura local se manterá dinâmica, pois a

população terá como se sustentar economicamente e ainda poderá obter o sustento através do meio ambiente.

De acordo com Fennell (2002, p. 204 "[...] o turismo é visto cada vez mais como a ferramenta-chave no desenvolvimento comunitário [...] sua contribuição às economias estagnadas, diversificação de setores e sua capacidade de unir os membros da comunidade". Isso confirma e reforça a idéia de quanto um produto turístico é importante para uma comunidade e seus visitantes, sendo que esse mesmo produto deve ter um planejamento adequado, e o mais importante, priorize a conservação do meio ambiente. A educação tem um papel fundamental nesse processo fortalecedor do turismo, fazendo do roteiro um meio de difusão de informações e de sustento turístico para a comunidade.

Por se tratar de uma atividade que preza pela preservação ambiental, todas as atividades serão desenvolvidas de forma a instruir os participantes a depositarem os resíduos nas lixeiras adequadas para cada tipo de material, portanto acredita-se que a coleta do lixo seja facilitada. Mesmo assim, ao final do dia ou na manhã do dia seguinte à atividade uma pessoa ficará responsável pela passagem no roteiro e verificação da limpeza do local. Além disso, como já citado anteriormente, haverá uma equipe responsável pela manutenção da ordem do centro de visitantes.

Com a finalidade de buscar o maior envolvimento da comunidade será necessário estabelecer uma parceria efetiva entre os proprietários com interesse em participar do roteiro a prefeitura municipal, buscando a implantação de programas de geração direta de renda para as partes envolvidas, sugerindo-se as seguintes possibilidades:

- formação de monitores para acompanhamento de turistas aos sítios arqueológicos; devido a inexistência de um curso de guia no município, a capacitação para os moradores da Estrada Ecológica do Guaraguaçu e o instrutor será convidado em outro município
- estímulo à produção local de artesanato, com a confecção de objetos que possam ser revendidos aos turistas, valorizando o artesanato em fibra de bananeira, dessa matéria-prima, são confeccionados, com técnicas diversas, objetos utilitários e de adorno como: cestaria, porta-jóias, bolsas, chapéus, bonecas, jogos de xadrez e redes. Além disso, os produtos feitos a base de escamas de peixe, conchas e sementes transformam-se em outra matéria prima dos artesãos da região. Um parceiro importante nesta etapa será o

Projeto: O artesanato com identidade territorial do Litoral do Paraná, aplicado pela Universidade do Litoral junto as mulheres que moram na região, sendo que a maioria das entrevistadas já participou de cursos relacionados ao tema.

- estimular o comércio com a possibilidade de oferta de alimentação, alojamento e lazer nas propriedades do roteiro, atividades estas que acontecem em períodos específicos e de maneira ocasional, podem ser consolidadas com a implementação do roteiro.

Além disto, é preciso estimular a participação direta dos moradores nas ações de preservação e proteção dos atrativos incluídos no roteiro, bem como do sítio arqueológico, por meio de ações de Educação Patrimonial. Tais ações devem também enfatizar o potencial de desenvolvimento sustentável da área, que deve ser evidenciado para a população pelo estabelecimento de uma relação direta entre a visitação e a preservação dos locais de interesse cultural, sendo destacadas as diversas alternativas de geração de renda para a população.

Os bens culturais carecem de maior divulgação junto à sociedade brasileira, de um modo geral. Este desconhecimento ou desinteresse, que ocorre em parte devido à ausência de participação direta dos centros de pesquisa e das instituições governamentais na elaboração de programas educativos específicos, aumenta no caso do patrimônio arqueológico, sendo responsável por grande parte das ações de vandalismo que envolvem os sítios.

A presença de um monitor é recomendável na maioria das visitas a bens patrimoniais. Esse monitor, além de atuar como curador do sítio e, no caso de sítios em áreas abertas, do ambiente que o circunda, deve poder fornecer as informações mínimas necessárias sobre o bem cultural e seu contexto. A presença de um monitor informado sobre as especificidades do local deve proporcionar aos visitantes uma informação mais abrangente e detalhada, a fim de ampliar o espectro de conhecimento da visitação.

No que se refere à proteção do sítio, as atribuições do guia devem compreender:

- o acompanhamento dos visitantes, indicando-lhes a conduta correta a ser adotada no local;
- indicação dos efeitos negativos sobre o bem patrimonial, que podem ocorrer como resultado do comportamento inadequado ou da visitação descontrolada;

- indicação da existência de legislação específica de proteção e das penalidades para ações danosas ao bem cultural.

Assim, propõe-se a formação de monitores para visitação ao Roteiro do Guaraguaçu, para o acompanhamento dos visitantes. Sua formação deve ser diversificada e sintética, abrangendo aspectos do patrimônio cultural e natural da região, estes deverão contar com um treinamento baseado nas informações disponibilizadas pelo IPHAN, IAP e IBAMA, de modo a prover as informações corretas que serão repassadas aos visitantes.

Um dos aspectos a serem abordados será a conservação do meio ambiente e seus benefícios, ou seja, por que preservar as paisagens, as águas (nascentes, rios, igarapés, outros), a vegetação e a vida silvestre, pode trazer diversos benefícios econômicos, culturais e ambientais para a comunidade local. Devido à importância do bioma em que a Reserva está inserida, é importante a conscientização da comunidade acerca de todos os fatores relacionados ao meio ambiente, bem como o funcionamento do sistema natural, que influencia e interage com todos os aspectos da vida humana.

O curso deverá conter tópicos como: identificação de problemas, conservação, cuidados com entrada, saída, procedimentos durante a trilha, regras de segurança e sinalização de segurança.

Outro aspecto que deve ser enfatizado é o da participação direta da sociedade nas ações que envolvem a preservação de bens culturais. Esta participação deve ser viabilizada pelas instituições governamentais, sejam elas municipais, estaduais ou federais, já que a manutenção de indicativos da memória das comunidades deve basear-se tanto em argumentações de ordem técnica quanto afetiva. No entanto, a menos que a informação necessária à apreensão desses valores seja amplamente difundida, pouco restará à população.

Além disto, é necessária a seleção mais adequada dos elementos de interesse a serem destacados por ocasião das visitas, e a preparação do material para a formação de pessoal e repasse aos visitantes. Este material deve ser elaborado com base nas informações obtidas pelas pesquisas arqueológicas e na bibliografia existente, além daquelas que são de domínio dos moradores da região.

Para participar da visita é exigida pouca habilidade física, pois é preciso caminhar da Aldeia ao Sambaqui e o restante do percurso poderá ser percorrido

com uma van, uma vez que o acesso com ônibus é restrito especialmente após períodos chuvosos e também para a manutenção das características da estrada.

As atividades determinadas para o passeio compreenderão o roteiro a seguir:

1. Chegada até o Centro de Visitantes.
2. Apresentação no Centro de Visitantes (incluiria a mostra de um vídeo sobre a importância da conservação do meio no qual o roteiro está inserido, além da história da região).
3. Visita as propriedades do roteiro (marina, Santuário Guaraguaçu e bicicletário).
4. Chegada a Aldeia indígena M'Bya.
5. Caminhada até o Forno de Caieiras.
6. Caminhada até os Sambaquis do Guaraguaçu
7. Retorno ao Centro de Visitantes: descanso, conversa informal para um "feedback" com os visitantes.

O roteiro será guiado, ou seja, um monitor acompanhará os visitantes no passeio, levando-os a observar e refletir, estimulando com isso a participação do grupo. As vantagens são:

- o visitante pode obter respostas às suas dúvidas com o intérprete;
- há um controle mais eficaz da integridade do patrimônio;
- o risco de degradar o ambiente é menor;
- o programa é adaptável ao usuário, o visitante que desejar poderá realizar o passeio de bicicleta, uma vez que uma das propriedades tem interesse em montar um bicicletário para aluguel de bicicletas para o passeio.

O roteiro será natural temático, onde as paradas são definidas com antecedência, dando maior coerência ao passeio, a exploração do potencial existente no local será enfatizada através de painéis interpretativos bem como para atividades de interpretação guiada, o que caracteriza e valoriza este ambiente no que diz respeito à conservação e utilização em programas de Educação Ambiental.

Ao final de cada passeio será entregue um questionário para que os visitantes possam fazer uma análise do local e ressaltar os pontos fortes e os que precisam de alguma melhoria. Com esses apontamentos pode-se perceber o que precisa ser melhorado. Após a análise dos resultados serão tomadas as providências necessárias para melhorar o roteiro.

Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Lanche para os monitores	80	5,00	400,00
Contratação do educador	1	150,00	300,00
Lanche do educador	4	5,00	20,00
Refeições educador	1	20,00	20,00
Transporte do Educador	2	85,00	170,00
Almoço monitores e educador	11	10,00	110,00
Material para capacitação	-	350,00	350,00
Locação de van	1	80,00	80,00
TOTAL			1450,00

QUADRO 9 - GASTOS COM A CAPACITAÇÃO DOS MONITORES

Fonte: O autor (2008)

O curso terá duração de dois dias, no primeiro serão abordadas questões teóricas e no segundo será realizada a visita ao roteiro no período da manhã e uma análise do mesmo no período da tarde. Inicialmente serão capacitados dez monitores, este número foi estabelecido de acordo com o número de entrevistados que demonstrou interesse em trabalhar com turismo na região, durante a aplicação da pesquisa.

Foram previstos quatro lanches durante a capacitação, sendo um por período de curso, estes lanches foram orçados no valor de R\$ 5,00 por pessoa por tratar-se de um lanche prático e funcional, variando entre biscoitos, sanduíches, frutas e suco. O almoço do primeiro dia ficará por conta do participante, e no segundo dia será realizado em uma das propriedades do roteiro, logo após a visita. Assim os custos com alimentação serão de R\$ 550,00 durante o curso.

A contratação do educador é de extrema importância para o sucesso do projeto, por esse motivo será exigida experiência profissional em cursos de capacitação e pesquisas sobre Educação Ambiental / Patrimonial, por parte do interessado. A alimentação e hospedagem deste ficará por conta do projeto, e devido a impossibilidade de se garantir que este profissional seja encontrado no município, fora previstos despesas de deslocamento deste até o litoral, fixadas em R\$ 85,00 ida mais R\$ 85,00 de retorno, inclusos neste valor a gasolina e o pedágio, somando um total de R\$ 170,00. Além disso existem as despesas de alimentação do

mesmo, incluindo quatro lanches, o almoço na propriedade e mais uma ajuda de custo de 20,00 para o almoço do primeiro dia e o jantar. O custo da contratação do educador é de R\$ 150,00 por dia, em um total de dois dias soma-se R\$300,00. As despesas relativas ao educador serão de R\$ 520,00.

Será preciso locar uma van para percorrer o primeiro trecho do roteiro, até a Aldeia M^oBya, que terá um custo de R\$ 80,00, sendo realizada pela empresa Oceânica Sul.

Existe ainda a necessidade de materiais para a aplicação deste curso, como papéis, canetas, lápis entre outros já citados, que ficarão fixados em R\$ 350,00, porém com valores superestimados, uma vez que estes materiais poderão ser doados por parceiros para a realização desta etapa, e permanecerão como material para o Centro de recepção ao Turista.

A princípio estes monitores atuaram de forma voluntária na recepção ao turista, porém é preciso desenvolver modelos de retorno financeiro para os mesmos, seja através da venda do artesanato ou de uma taxa de visitação.

O custo total para capacitação dos monitores será de R\$ 1.450,00. Devido ao baixo custo esta alternativa torna-se viável e poderá ser realizada através de parcerias com instituições que desenvolvem serviços de apoio à capacitação e educação para a manutenção do ambiente e da atividade turística como geradora de riqueza para a região.

7.3 SISTEMA DE GESTÃO DE VISITAS

Estimar o número máximo de visitantes admitidos durante um certo período de tempo num dado sítio de valor patrimonial é uma questão fundamental na criação de uma estratégia de acesso público, assim sendo haverá um limite, um número máximo de visitantes que o sítio poderá receber de forma a cumprir regras básicas de segurança e higiene. Para tanto, a capacidade ótima estará situada entre estes dois limites, e será o compromisso ótimo que prevenirá que a presença de grandes multidões ameace a notabilidade do sítio, mantendo também uma qualidade de experiência de visita satisfatória (Shelby e Herberlein, 1986).

A tendência hoje em dia, é a de tentar estabilizar, ou limitar fortemente, o número de visitantes (Stanley-Price, 2000). Nos últimos anos, a maior parte dos autores que lidam com estes assuntos têm preferido, devido às dificuldades de cálculo de sustentação, estabelecer um limite de visitantes baixo baseado na sua própria experiência e nas características do sítio, monitorizando os impactos e ajustando-o quando conveniente.

Para o roteiro do Guaraguaçu o sistema implementado será de acesso restrito, e durante a visita é proibido fumar, colher vegetação, transportar animais de estimação e coletar souvenirs, como conchas do sambaquis. As visitas serão agendadas previamente, para que os monitores e proprietários estejam preparados para atender o turista, pois de acordo com Stanley-Price (1996), o sistema de reserva e de visita guiada funciona aparentemente bem e asseguram uma boa experiência de visita.

7.4 DIVULGAÇÃO DO ROTEIRO

Após a devida seleção dos elementos de interesse a serem destacados, as informações devem ser disponibilizadas ao visitante em linguagem simples e atual, mas sempre baseada em dados científicos e técnicos, evitando-se assim a informação equivocada.

Os folhetos devem ao mesmo tempo promover o interesse à visitação, especificando as orientações básicas sobre o valor natural e cultural do roteiro, e os cuidados necessários à sua proteção e preservação.

Os grupos devem receber, à chegada, folhetos informativos - que poderão ser levados durante a visitação - com as seguintes informações:

- dificuldades do percurso e localização de pontos para descanso;
- pontos de interesse;
- informações sobre o bem cultural;
- localização de sanitários, bebedouros, restaurante;
- mapa com localização dos atrativos;

Os bens culturais podem ser divulgados de vários modos. Esta prática, já em curso em alguns sítios e monumentos do Brasil, é mais comum em outros países e

demonstra o grande apelo de um material de boa qualidade informativa e estética, que pode ser distribuído ou vendido. Neste último caso, há que considerar-se, por exemplo, a possibilidade de geração de renda para a manutenção do local. Esse material pode ter vários formatos, como folhetos, cartões-postais, mapas, souvenirs com imagens do local, reproduções, fotos, slides etc.

O folheto de divulgação do Roteiro do Guaraguaçu pode ser observado no apêndice 4 deste trabalho.

Outros meios de divulgação e informação são as fitas documentárias, CD-Roms, publicações de vários níveis etc. Nestes casos, porém, mais do que com a imagem, deve haver preocupação com o conteúdo, já que o visitante que procura tal material, geralmente, está em busca de uma informação mais detalhada, ao invés de simples lembranças da visita.

7.5 IMPLEMENTAÇÃO DO ROTEIRO

As alternativas de financiamento para este projeto estão disponíveis especialmente em programas de financiamento ligados à programas governamentais, especialmente o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável, financiado pelo Banco do Brasil, que está sendo implantado no município de Pontal do Paraná, além de Programas do Ministério do Turismo e do Ministério do meio Ambiente.

A região do Guaraguaçu vem ganhando destaque como atrativo no município, sendo a única no litoral que é contemplada pela EMATER, no programa de desenvolvimento turístico, além de estar incluída nas Emendas Parlamentares do município, solicitando financiamento junto ao Ministério do Turismo, para a revitalização da Estrada Ecológica do Guaraguaçu e também propondo a criação de um mirante no Sambaqui.

Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Folder	100	5,00	500,00
Material de Expediente	-	-	200,00
Material Extra	-	-	100,00
Lixeira para Coleta Seletiva – 13 litros – 5 cores	1	114,97	114,97
Design da logomarca do roteiro			150,00
TOTAL			1.064,97

QUADRO 10 - GASTOS COM IMPLEMENTAÇÃO DO ROTEIRO

FONTE: O autor (2008)

Os gastos com a implementação e divulgação do roteiro compreendem a elaboração de uma logomarca do roteiro, que será primeiramente apresentada pela comunidade, caso esta tenha interesse, passando então para um profissional que realize o design da mesma. A aquisição de materiais para o funcionamento do Centro de recepção ao visitante, fechada em R\$ 300,00, somadas aos custos com a compra de lixeiras seletivas que serão instaladas próximas ao centro de recepção.

Ao iniciar o passeio o turista receberá um saco plástico para depositar o lixo ao longo do roteiro, que deverá ser depositados nas lixeiras ao final do passeio.

A contratação de pessoal para manutenção do Posto de Informações Turísticas, bem como de um responsável pelo mesmo correrá por conta da prefeitura, podendo ser realizada em parceria com o Instituto Guaraguaçu, uma associação dos moradores da Estrada Ecológica do Guaraguaçu, que tem interesse no desenvolvimento da região.

Os gastos com a implementação do roteiro ficaram orçados em R\$ 1064,97, contando com a participação voluntária dos monitores para acompanharem os visitantes durante o Roteiro.

Para a aquisição do material necessário para o funcionamento adequado deste roteiro, procurar-se-á estabelecer parceria com a prefeitura, a universidade e instituições que atuam em causas ligadas à proteção e preservação ambiental, tais como: a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS, o Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais e o Instituto de Ecoturismo do Paraná – IEPR. Para isso, será necessária a elaboração de um projeto descrevendo os objetivos das atividades e também dos materiais solicitados. Devido à importância de se investir em projetos relacionados ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável acredita-se que haja viabilidade de apoio,

principalmente devido ao fato de que os custos para capacitação dos monitores e implementação do roteiro estejam estimados em um valor de R\$ 2.500,00, o que facilita o financiamento do mesmo.

VIII CONCLUSÃO

A visitação em um ambiente natural é realizada por meio de caminhos ou trilhas previamente delimitadas, que são planejadas e mantidas de acordo com o objetivo e característica de cada ambiente. A busca de locais protegidos para a prática de recreação levou à implementação de trilhas e caminhos para serem utilizados como um instrumento de informação, sensibilização e conscientização.

As trilhas se bem planejadas, constituem-se de importante instrumento pedagógico, o qual propicia o contato mais próximo entre o homem e a natureza. Cada vez mais são utilizadas em programas de Educação Ambiental, uma vez que, através do processo de sensibilização, fomenta a aquisição de conhecimentos cognitivos relativos ao meio ambiente, fundamentais para a formação de valores e mudanças de comportamento.

A prática de caminhar em ambientes naturais possibilita uma melhor compreensão do meio ambiente e suas inter-relações, aguçando ainda, uma dinâmica de observação, de reflexão e de sensibilização para com as questões relativas ao meio ambiente.

O levantamento de informações relativas ao meio biofísico, a avaliação de impactos e o planejamento prévio são fundamentais na implantação de qualquer roteiro inserido no meio natural. Assim, o roteiro proposto está de acordo com o planejamento, que deve considerar dentre outros aspectos a presença de elementos potenciais que despertem a atenção do usuário, além de considerar o potencial da área no que diz respeito aos aspectos naturais, como a importância ecológica e a beleza cênica.

Ao analisar o fenômeno turismo deve levar em conta dois aspectos importantes: o interesse dos turistas e o interesse do local que recebe os turistas. O primeiro procura regiões que oferecem atividades que ocupem seu tempo livre e que atendam a seus interesses. O segundo visa atrair os turistas para ocupar o tempo livre dos mesmos por meio das atrações que já possui ou que pode criar. O relacionamento entre essas duas partes produz resultados que levam o local visitado ao desenvolvimento econômico, à medida que a localidade se organiza e dinamiza o setor turístico. É justamente nesse ponto que o turismo começa a produzir seus resultados, como a circulação da moeda, o aumento do consumo de bens e

serviços, o aumento da oferta de empregos, a elevação do nível social da população e ainda o aparecimento de empresas dedicadas ao setor (agências de viagens, hotéis, restaurantes, transportes, cinemas, etc.)

Tem-se na atividade o espaço geográfico com seu principal objeto de consumo e disso decorre uma de suas mais importantes especificidades: o consumidor-turista, este tem, obrigatoriamente, que se deslocar até o produto a ser consumido, o lugar turístico. Daí surge a importância do planejamento do município, desenvolvendo suas potencialidades para satisfazer as expectativas do turista que visita o local.

Através de um planejamento com base em estudos de viabilidade e sustentabilidade da atividade turística, é possível tornar o município de Pontal do Paraná referência em turismo arqueológico e cultural no litoral do Paraná, pois seu estado de conservação natural, com um número reduzido de edifícios na orla e suas condições de balneabilidade classificadas como as melhores do Estado criam um diferencial para o turista que pretende aproveitar o litoral para ir à praia e descansar.

Outro fator importante para o desenvolvimento turístico do local é a proximidade de cidades que podem ser vendidas como destinos culturais, como Morretes, Antonina e Paranaguá, que não possuem a região de praia propriamente dita, sendo os dois últimos constituídos por baías.

Deve ser considerado que a sazonalidade existente na região pode ser um fator negativo para a implantação de empresas do ramo turístico, pois torna-se difícil a estabilização das mesmas. Com a proximidade do litoral catarinense, as empresas podem optar por investir no litoral, devido ao número gigantesco de turistas que por ali se aglomeram no verão, coincidentemente o período de alta temporada para ambas as localidades.

Deve-se, primeiramente, fazer um trabalho de conscientização da população local demonstrando o potencial real da localidade para o turismo e o quão importante eles são no desenvolvimento da atividade, já que atenderão o turista e retratarão a imagem da localidade. Após esse trabalho, deve-se pensar em melhorias na infra-estrutura turística, principalmente no que se refere à hospedagem e alimentos e bebidas, além da criação de um Centro de Informações Turísticas. Com a comunidade preparada e com infra-estrutura adequada, é o momento de se divulgar o produto.

Uma série de projetos que relacionam a arqueologia à educação patrimonial e ambiental pode fornecer as bases para um manejo eficaz da área de entorno do sambaqui do Guaraguaçu. Quase todos tratam da instrumentalização da educação através da observação, do registro, da pesquisa e dos processos de re-leitura do meio ambiente natural e construído e das manifestações culturais. A idéia de um museu a céu aberto ou de um sítio-escola é interessante devido à facilidade de acesso ao sítio, porém, não se pode levar adiante qualquer tipo de projeto de educação sem que as bases legais sejam levadas estritamente ao pé da letra.

O sambaqui do Guaraguaçu e sua área de entorno enquadram-se na categoria de Área Especial de Reserva de Interesse Turístico, constante na Lei nº 6.513 de 1977, por se tratarem de “áreas de elevada potencialidade turística, cujo aproveitamento deva ficar na dependência: da implantação dos equipamentos de infra-estrutura indispensáveis; da efetivação de medidas que assegurem a preservação do equilíbrio ambiental e a proteção ao patrimônio cultural ali existentes; de providências que permitam regular, de maneira compatível com a alínea procedente, os fluxos de turistas e visitantes e as atividades, obras e serviços permissíveis.

O impasse para a permanência dos índios Guarani no local seria resolvido caso fosse levada em consideração sua importância para o potencial turístico local, ao mesmo tempo monitorando as atividades turísticas, auxiliando em sua preservação e incrementando sua renda familiar com a venda do artesanato Guarani.

São necessárias providências no sentido de evitar que a proximidade com centros urbanos, principalmente os balneários, afete futuramente a preservação de um importante registro da pré-história do litoral paranaense. Acrescente-se o fato de o sítio ser o único do tipo tombado no litoral.

Sendo assim, faz-se necessário promover ações que tenham como objetivo justamente a busca da disseminação da preservação do patrimônio arqueológico e natural como forma de estes conhecimentos serem passados adiante, garantindo, assim, a sua sobrevivência.

Para que o roteiro proposto atenda as necessidades de todos os envolvidos é preciso, planejar, executar e monitorar a atividade turística desenvolvida no roteiro, para beneficiar o meio ambiente, a cultura, os turistas e a comunidade local.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ANDREATTA, M. D. **Notas parciais sobre pesquisas realizadas no planalto e litoral do Estado do Paraná**. Revista Pesquisas, série Antropologia, Curitiba, n. 18, p. 65-76, 1968.

_____ ; MENEZES, M. J. **Nota prévia sobre o sambaqui “B” do Guaraguaçu, Paraná**. Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, Curitiba, n. 1, p. 25-30, 1968.

ANJOS, F. A. **Planejamento do Turismo**: Uma reflexão sobre modelos, métodos e enfoques. UNIVALI. Balneário Camboriú-SC. 2002.

ANTONELLI FILHO, R. **Avaliação Ecológica Rápida para o diagnóstico ambiental da Estação Ecológica de Guaraguaçu, Estado do Paraná**: Relatório Final Consolidado – Meio Biótico. Curitiba: SEMA/IAP/SPVS/PRÓ-ATLÂNTICA, 2002.

BAILÃO, C. A. G. (Coord.) **Gestão e Educação Ambiental**: relatos de experiências sobre a questão ambiental. v. 2. 1 ed. Santo André: Semasa, 2001.

BASTOS, R.L. **Patrimônio, Arqueologia, Preservação e Representações Sociais**: uma proposta para o país através da análise da situação do litoral sul de Santa Catarina. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 6 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2001.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

BOO, E. **O planejamento ecoturístico para áreas protegidas**. In: LINDBERG, K. e HAWKINS, D. E. *Ecoturismo - um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 1995.

BOULLÓN, R. **Planificación del espacio turístico**. México: Trilhas, 1997.

BOULLÓN, Roberto. **Ecoturismo: sistemas naturales y urbanos**. 2ª ed. Buenos Aires: Librerías Turísticas, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 25/37** – conceitua e organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e dispõe sobre o tombamento.

BRASIL. **Decreto nº 86.176**, de 06 de julho de 1981. Regulamenta a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico.

BRASIL. **Lei N.º 3.924**, de 26 de julho de 1961, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, sua proteção, posse e salvaguarda

BRASIL. **LEI Nº 8.181**, de 28 de março de 1991. Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), e dá outras providências.

BRASIL. **LEI Nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: marcos conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CAMARGO, H. L. **Turismo e patrimônio cultural no Brasil: impasses para a construção de uma 'metodologia nacional' para inventário de atrativos culturais**. In: JORNADA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL: UNIBERTO. 1., 2001, São Paulo. Resumo... I Unibero. São Paulo: Aleph; Scortecci, 2001, p.65 – 74.

CAPRA. F. **A teia da vida, uma compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAPORALI, R. **Do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento sustentável**. Banco de textos sobre desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte, 1997.

CARTA DE LAUSANNE, 1990. CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Carta de Lausanne**: Carta para a proteção e gestão do patrimônio arqueológico. Lausanne, 1990.

CHMYZ, I. **A Pré-história paranaense**. Idéias e debates: História do Paraná. Curitiba, v. 5, p. 7-27, 1986.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992: Rio de Janeiro). **Agenda 21**. 2 ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000
_____. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CUNHA, L. **Economia e Política do Turismo**. Portugal: McGraw'Hill, 2000.

DEPINÉ, P.; OKA FIORI, C. **Análise Ambiental da Área do Sambaqui do Guaraguaçu**, Município de Pontal do Paraná, Litoral do Estado do Paraná, Brasil. R. RA'E GA, n. 9, p. 107-122. Curitiba: Editora UFPR, 2005

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 6. ed. São Paulo: Gaia, 2000.

DIAS^a, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. Atlas, 2003.

DIAS^b, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Coordenação de Sílvio Magalhães e D. Hamú M. de la Penha. Brasília, 1994.

EMBRATUR. **Portal brasileiro do turismo**. Brasília: EMBRATUR, 2002. Glossário de turismo. Disponível em: <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/lista_alfabeto.php?pagina=6&in_secao=387&busca=A>. Acesso em 03/10/2008.

ESPIRAIS DO TEMPO: **Bens tombados do Paraná**. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura, 2006.

FAJARDO, E. **Sambaquis**: as testemunhas atuais da pré-história no Brasil. Revista Ecologia e Desenvolvimento, ano 12, n. 101, 2002. Disponível em: <http://www.uol.com.br/ecologia/pesquisa-public/ecologia/ecologia_101_destaque.htm> Acesso em: 25/05/2008.

FENIANOS, E. E. **Coleção Cidades**: Litoral do Paraná). Curitiba: Univer Cidade, 2005.

FENNELL, D. A. Ecoturismo: Uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002. 167 p.

FERNANDES, J. L. **Contribuição à geografia da Praia de Leste**. Arquivos do Museu Paranaense. Curitiba, v. 6, p. 3-44. 1947.

FERNANDES, C. R. **O Paraná**. Curitiba : [s.n.], 1997.

FERNANDEZ, M.D. **A importância econômica del patrimônio cultural**. In: JORGE, Vitor Oliveira (coord.) Congresso de Arqueologia Pininsular, História, Teoria e Prática, 3º. Portugal, ADECAP, v. 1, p.162-165, 1999.

FERRARI, C. **Curso de planejamento municipal integrado**. São Paulo, Pioneira, 6 ed., 1987.

FERRETI, E. **Turismo e meio ambiente**: Uma abordagem integrada. São Paulo: Roca, 2002.

FUNARI, P. P. **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

GASPAR, M. D. **Os ocupantes Pré-Históricos do litoral Brasileiro**. In: TENÓRIO, Maria Cristina. Pré-história da terra Brasilis. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 1999.

GASPAR, M. D. **Sambaqui**: arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GASTAL, S. **O produto cidade**: caminhos de cultura, caminhos de turismo. In: CASTROGIOVANNI, A.C. (org.). Turismo Urbano. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOELDNER, C. R; RITCHIE, J.R. B. e McINTOSH, R. W. **Turismo**: Princípios, Práticas e Filosofias. 8 ed. Bookman .São Paulo, 2002.

GÓMEZ, M.R. **Patrimonio y Turismo**. In: Congreso virtual perspectivas do turismo: La gestión del Turismo y sus problemáticas desde visiones sociales. Ciudad Virtual de Antropología y Arqueología Naya, 2005. Disponível em: <www.naya.org.ar>. Acesso em 15 maio 2008.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**. Os discurso do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

GOYA, Y. **Patrimônio histórico e turismo na Ilha de Florianópolis**. COBRAC 98 - Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. In:IV Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico (COBRAC), Anais, Florianópolis, 1998 .

GUIMARÃES, C.M. **Sugestões para uma política (urgente e de longo prazo) a ser adotada para o patrimônio Arqueológico de Minas Gerais**. In Seminário Gestão do Patrimônio Arqueológico de Minas Gerais. Belo Horizonte: IEPHA, 1999.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN. **Carta de Veneza**. II Congresso Internacional de Arquiteto e técnicos de Monumentos Históricos, em maio de 1964. in Cartas Patrimoniais. Brasília, 1995.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN. **Normas de Quito**, item VIII – 2. in Cartas Patrimoniais, 1967.

KNEIP, L. M.; PALLESTRINI, L. **Brasil antes do descobrimento**. Curitiba: EDUCA, 1991.

LAMING-EMPERAIRE, A. **Travaux archéologiques en Amerique du Sud**. Separata de: Revue Objets et Mondes, s.l., t. II, fasc. 3, 1962. p. 149-164.

LEAL, C. T. **Conselho do Litoral: gestão democrática do espaço costeiro**. R. paran. Desenv., n. 99, p. 83-95, 2000.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**. Blumenau: Edifurb, 2000.

LIMA, T. A. **Em busca dos frutos do mar: os pescadores coletores do litoral centro-sul do Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 44, dez./fev. 1999-2000. p. 270-327.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba: UFPR, 1968.

MACHADO, R. T. M. **Estratégia e competitividade em organizações agroindustriais**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2005.

MANZATO, F. **Turismo Arqueológico: diagnóstico em sítios pré-históricos e históricos no Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2005.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. Vol. 1 e 2, São Paulo: Atlas, 1999.

MENEZES, M. J. **O sambaqui "B" do Guaraguaçu na paisagem litorânea do Estado do Paraná**. Curitiba, 1976. Tese (Livre docência) - Universidade Federal do Paraná.

MENEZES, U.B.: **Comunidade em debate: Patrimônio ambiental em São Paulo São Paulo**, EMPLASA, 1978.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1999.

MORAIS, J.L. **A Arqueologia e o Turismo**. In: Funari, P.P., Pinsky, J. (orgs). Turismo e Patrimônio Cultural, 3 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MORTENSEN, L. **Las Dinamicas locales de un patrimonio global: arqueoturismo en Copan, Hondura**. Mesoamerica, n.42, p.104-134, 2001.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia Científica: Projetos de pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Tese**. São Paulo: Pioneira. 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO E INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (OMT). **Desenvolvimento de turismo sustentável**: manual para organizadores locais. Brasília: MKT Publish Company, 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO E INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (OMT). **Turismo Internacional**: uma perspectiva global. 2^o ed. São Paulo: Bookman, 2003.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**: PROJETOS DE TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

PARELLADA, C. I. GOTTARDI NETO, A. **Inventário de sambaquis do litoral do Paraná**. Boletim Paranaense de Geociências, Curitiba, n. 42, p.121-152. 1994.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas, SP, Papirus, 1993.

PONTAL DO PARANÁ. **Lei Complementar nº 001** – Plano Diretor.

PONTAL DO PARANÁ. **Lei Complementar nº 002** – Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano.

PONTAL DO PARANÁ. **Lei Complementar nº 004** – Código de Posturas.

PONTAL DO PARANÁ. **Lei nº 777** – Lei da Transferência do Direito de Construir.

PONTAL DO PARANÁ. **Lei nº 780** – Lei de Criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento.

PROUS, A. **A arqueologia brasileira**. Brasília: UnB, 1992.

PROUS, A. **Algumas considerações sobre as perspectivas da Arqueologia no Estado de Minas Gerais**. In: Seminário Gestão do Patrimônio Arqueológico de Minas Gerais. Belo Horizonte: IEPHA, 1999.

RAUTH, J. W. **Escavação arqueológica do sambaqui do Guaraguaçu II**, S.28R. Paranaguá. *Revista de Antropologia*, Curitiba, n. 2, p. 27-196. 1974.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986 estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

REVISTA ESCOLA. **O Brasil antes do Brasil**. São Paulo: Ed. Abril, n. 212, p. 42-49, maio 2008.

RODRIGUES, A.B. **Turismo e espaço**: Rumo a um conhecimento interdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1996

RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo rural**: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001.

ROHR, J. A. **Os sítios arqueológicos brasileiros e os problemas de sua preservação**. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 39, n. 154. Petrópolis: Vozes. p. 254-270. 1979.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 6 ed. Campinas: Papyrus, 2000.

RUSCHMAN, D. **Marketing Turístico**. Um enfoque promocional. 7 ed. Campinas: Papyrus, 2001.

SCATAMACCHIA, M.C.M. **Turismo e Arqueologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

SCHMITZ, P. I. **Caçadores e coletores da pré-história do Brasil**, São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, 1984.

SCHMITZ, P. I. **O Povoamento da Planície Litorânea**. Pesquisas, Antropologia, São Leopoldo, n. 63, p. 03-10, 2006.

SCORTEGAGNA, A. **Trabalhos de campo nas disciplinas de Geologia Introdutória**: cursos de Geografia no Estado do Paraná. Campinas, 2001. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação Aplicada às Geociências) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

SECRETÁRIA DO ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ. Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos//benstombados/File/tombados/PPR1-013P.jpg>> Acesso em: 06/06/2008.

SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE, INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, FUNDAÇÃO PRÓ ATLÂNTICA (SEMA, IAP, PRÓ-ATLÂNTICA). **Revisão do Plano de Manejo da Estação Ecológica do Guaraguaçu - Estado do Paraná.** 2006

SHELBY, B. E. HEBERLEIN, T. **Carrying Capacity in recreation settings.** Corvallis: Oregon State University Press. 1986.

SILVA, O. P. et al. **Levantamento do patrimônio histórico, cultural e arqueológico na área de influência das obras de duplicação da Rodovia BR 101-SC: Trecho Palhoça/Passo de Torres.** Florianópolis: Fapeu/UFSC, 1999. Relatório de Pesquisa.

STANLEY-PRICE, N. **Report to the Côa Valley Archaeological Park.** Relatório preparado para o Instituto Português de Arqueologia, Lisboa. 1996.

STANLEY-PRICE, N. **Conservation and Management of Archaeological Sites.** London 4:1, p. 7-58. 2000.

SVOLENSKI, A. C. **Aspectos Fitossociológicos e Pedológicos de Três Superfícies de Agradação do Rio Guaraguaçu, Litoral do Paraná.** Curitiba. 75p. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná, 2000.

TOSELLI, C. **Turismo Cultural, participación local y sustentabilidade:** algunas consideraciones sobre la posta en valor del patrimônio rural como recurso turístico en Argentina in Portal Iberoamericano de Gestión Cultural. 2003. Disponível em <<http://www.gestioncultural.org>>. Acesso 05/05/2008.

TRIGUEIRO, C. M. **Marketing & Turismo:** como planejar e administrar o marketing turístico para uma localidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

TRESSERAS, J.J. **Los Parques Arqueológicos y la apuesta por el desarrollo local y regional a partir del turismo.** In: III Jornada sobre Turismo e Gestão do Patrimônio Arqueológico. Barcelona: Fundación Abertis, Atas, 2005.

TUAN . Y. F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo. DIFEL, 1983.

WRIGHT, P.; MARK J. K.; PARNELL, J. **Administração estratégica**: conceitos. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO DIRECIONADO À COMUNIDADE DO GUARAGUAÇU

1. Você sabe o que é um sambaqui?

Sim Não

2. Você conhece o Sambaqui do Guaraguaçu?

Sim Não

3. Você conhece o Forno de Caieiras do Guaraguaçu?

Sim Não

4. Você conhece algum ponto Turístico na região do Guaraguaçu?

Não

Sim Quais?

5. Você acha que a região do Guaraguaçu consegue atrair turistas?

Sim Não

Por

quê?

6. Você já teve contato com turistas nesta região?

Não Sim Onde?

7. Você tem interesse em trabalhar em atividades ligadas ao turismo nesta região?

Não Sim Quais?

8. Você gostaria que houvesse mais turistas visitando a região do Sítio Arqueológico do Guaraguaçu?

Sim Não Por que?

APÊNDICE 2

FORMULÁRIO DE INVENTARIAÇÃO DA REGIÃO DO GUARAGUAÇU

1. CABEÇALHO

UF: _____
 Região Turística: _____
 Município: _____

2. IDENTIFICAÇÃO

Nome Oficial: _____
 Nome Popular: _____
 Endereço: _____
 Ponto de Referência: _____
 Distância do Ponto de Referência: _____
 Tempo para percorrer esta distância: _____

3. ACESSO

Sinalização: () Geral () Turística

Meios de Acesso:

Terrestre: _____
 Hidrovia: _____

Acesso mais utilizado (descrever):

Atende as necessidades atuais e permite o aumento do fluxo de visitantes?

4. CONSERVAÇÃO / PRESERVAÇÃO

Geral: () Bom () Regular () Deteriorado
 Estrutura: () Bom () Regular () Deteriorado

OBS.: _____

5. LEGISLAÇÃO

Legislação de Proteção:

Lei: _____

Decreto: _____

Tombamento: _____

6. PERÍODO HISTÓRICO

Período histórico do atrativo: _____

Utilização original _____

Utilização atual _____

7. DESCRIÇÃO DO ATRATIVO

8. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

APÊNDICE 3

SISTEMATIZAÇÃO DOS COMPONENTES DA OFERTA TURÍSTICA DE PONTAL DO PARANÁ

UF: Paraná
Região Turística: Litoral – Paraná
Município: Pontal do Paraná
Sinalização: Os atrativos inventariados não estão sinalizados.
Meios de Acesso: O acesso aos atrativos pode ser realizado pela Estrada Ecológica do Guaraguaçu ou pelo próprio rio Guaraguaçu, sendo o mais utilizado a Estrada. Este acesso atende ao fluxo existente e permite seu aumento, porém deverá ser controlado para manutenção da mesma.
Estado de conservação: de modo geral, bom; ainda que seja possível observar o abandono de alguns destes.
Legislação: Os atrativos protegidos por Lei são o Sambaqui e o Forno de Caieiras, sendo a Aldeia M'Bya declarada com área indígena e a Estrada Ecológica como área de interesse de preservação.

Nome Oficial: RIO GUARAGUAÇU
Endereço: PR 407, Km 14
Ponto de Referência: PR 407, Km 14
O rio Guaraguaçu nasce na Serra do Mar e deságua na baía de Paranaguá, tendo uma extensão aproximada de 45km e sendo navegável por embarcações de pequeno porte em sua extensão. Seus principais afluentes são os rios Colônia e Paraná, sendo que sua água não é potável e tem coloração turva. Na PR-407, no km14 é possível observa-lo. É utilizado para pesca esportiva e de subsistência e passeios de barco. A mata ciliar é do tipo Mata Atlântica.

Nome Oficial: ESTRADA ECOLÓGICA DO GUARAGUAÇU
Endereço: PR 407, Km 14
Ponto de Referência: PR 407, Km 14
É uma estrada coberta de conchas remanescentes do sambaqui, com mata atlântica no seu entorno bastante conservada. Tem 13km de extensão margeando o rio Guaraguaçu e antigamente ligava a Vila do Guaraguaçu até Pontal do Sul, porém não está mais sendo utilizada pela inacessibilidade. Seu início está no km14 da PR-407, sendo de fácil acesso por se tratar de uma estrada plana. Existe uma concentração de moradias no início da estrada e pouca utilização no restante do percurso.

Nome Oficial: ALDEIA INDÍGENA GUARANI M'BYA
Endereço: Estrada Ecológica do Guaraguaçu
Ponto de Referência: Estrada Ecológica do Guaraguaçu
Esta aldeia é formada por duas famílias e seu chefe é o Cacique Irineu. Está instalada no local há aproximadamente 10 anos, porém é possível observar a ausência de luz e água, sendo esta tribo assistida pela FUNAI e FUNASA. As línguas faladas pelos índios são o português e o guarani, estes recebem visitas de estudantes e pesquisadores. Na aldeia existe a produção de artesanato típico como cestaria, colares, animais esculpidos, além da apicultura. Um decreto municipal declarou a região como área indígena, mas é notável a situação de abandono e a falta de recursos.

Nome Oficial: FORNO DE CAIEIRAS
Endereço: Estrada Ecológica do Guaraguaçu
Ponto de Referência: Aldeia Indígena Guarani M'Bya
Este é um forno de aproximadamente 400 anos, utilizado na época colonial para a fabricação de cal com as conchas do Sambaqui, este cal era utilizado para pavimentação das ruas de Paranaguá sendo transportado pelo rio Guaraguaçu. Trata-se de um importante patrimônio histórico-cultural, pois se trata de uma obra de engenharia e arquitetura dos tempos coloniais ainda preservada. Sua integração com a natureza torna-se um meio de proteção, pois muitos passam despercebidos pelo forno e não há nenhum sinal de vandalismo. Existe a falta de sinalização e de instrumentos para interpretação do patrimônio (placa explicando a história do forno e sua importância).

Nome Oficial: SAMBAQUIS DO GUARAGUAÇU
Endereço: Estrada Ecológica do Guaraguaçu
Ponto de Referência: Forno de Caieiras
Trata-se de dois Sambaquis datados de aproximadamente 4.000 a.C; construído pelos índios através do depósito de restos mortais e alimentares, além de objetos utilizados na época e conchas, é um bem tombado pelo IPHAN pela lei federal nº 3924/61. É o maior do sambaqui Paraná, e muitos objetos encontrados no local estão em exposição no museu paranaense. A falta de sinalização e de instrumentos para interpretação do patrimônio (placa explicando a história do sambaqui e sua importância), bem como de fiscalização e conscientização do turista e da população local pode dificultar a preservação do mesmo, pois mais da metade do sambaqui já foi destruído.

Nome Oficial: SANTUÁRIO GUARAGUAÇU
Endereço: Estrada Ecológica do Guaraguaçu
Ponto de Referência: Estrada Ecológica do Guaraguaçu
Propriedade que iniciou as atividades voltadas ao turismo em maio de 2007. Está localizada no início da Estrada Ecológica do Guaraguaçu, oferecendo opções de lazer e refeição para aqueles que desejam passar o dia na propriedade ou acampar, sua infra-estrutura é composta por elementos voltados para atividades de lazer diversas (piscina, passeios de caiaque e barco, tanques para pesca, horta orgânica). A beleza cênica possibilita a prática de atividades como observação de fauna e flora, cultivo de flores e árvores frutíferas, além da existência de viveiros de animais, o que demonstra a preocupação com o meio ambiente. A proprietária está engajada na atividade turística do município e contribui para o desenvolvimento da região do Guaraguaçu. A propriedade não está sinalizada.

APÊNDICE 4

Folheto de divulgação do Roteiro do Guaraguaçu

Seja consciente!

O Roteiro do Guaraguaçu está localizado no município de Pontal do Paraná, na região litorânea do Estado. Em meio a mata atlântica, oferece ao visitante a possibilidade de usufruir da natureza para o lazer, colocando-o em contato direto com um ambiente saudável e agradável. Para que todos possam desfrutar deste contato, é preciso que o impacto causado seja o mínimo possível.

Mantendo uma conduta ambientalmente correta, seguindo as dicas descritas abaixo, você irá contribuir para a conservação do local.



Preserve a tranquilidade que a natureza proporciona.



Coopere com a manutenção do roteiro, não danifique as estruturas existentes, em caso de dano comunique o responsável pelo grupo.



Mantenha-se em caminhos pré-determinados, não use atalhos.



Não quebre ou corte galhos de árvores, mesmo que estejam mortas ou tombadas, pois podem estar servindo de abrigo para animais.



Deixe os animais domésticos em casa.



Ao caminhar ouça os sons da natureza.



Ajude a manter os caminhos sempre limpos, guarde o seu lixo para ser depositado nas lixeiras.



Não retire flores e animais silvestres. Aprecie sua beleza no local, sem agredir a natureza e dando a mesma oportunidade a outros visitantes.



Animais, plantas, rochas, frutos, sementes encontrados no local fazem parte do ambiente e aí devem permanecer.



Tire apenas fotografias, deixe apenas leves pegadas e leve para casa apenas suas memórias.

Roteiro do Guaraguaçu

Fonte: material informativo da
Campanha de Condução Consciente em Ambientes Naturais:
<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/Folder>
Ícones de educação ambiental: Instituto Ambiental do Paraná

ROTEIRO DO GUARAGUAÇU

O Roteiro do Guaraguaçu exige pouca habilidade física do visitante, sendo necessário caminhar apenas 1,5 Km da Aldeia M'Bya até o Forno e o Sambaqui.

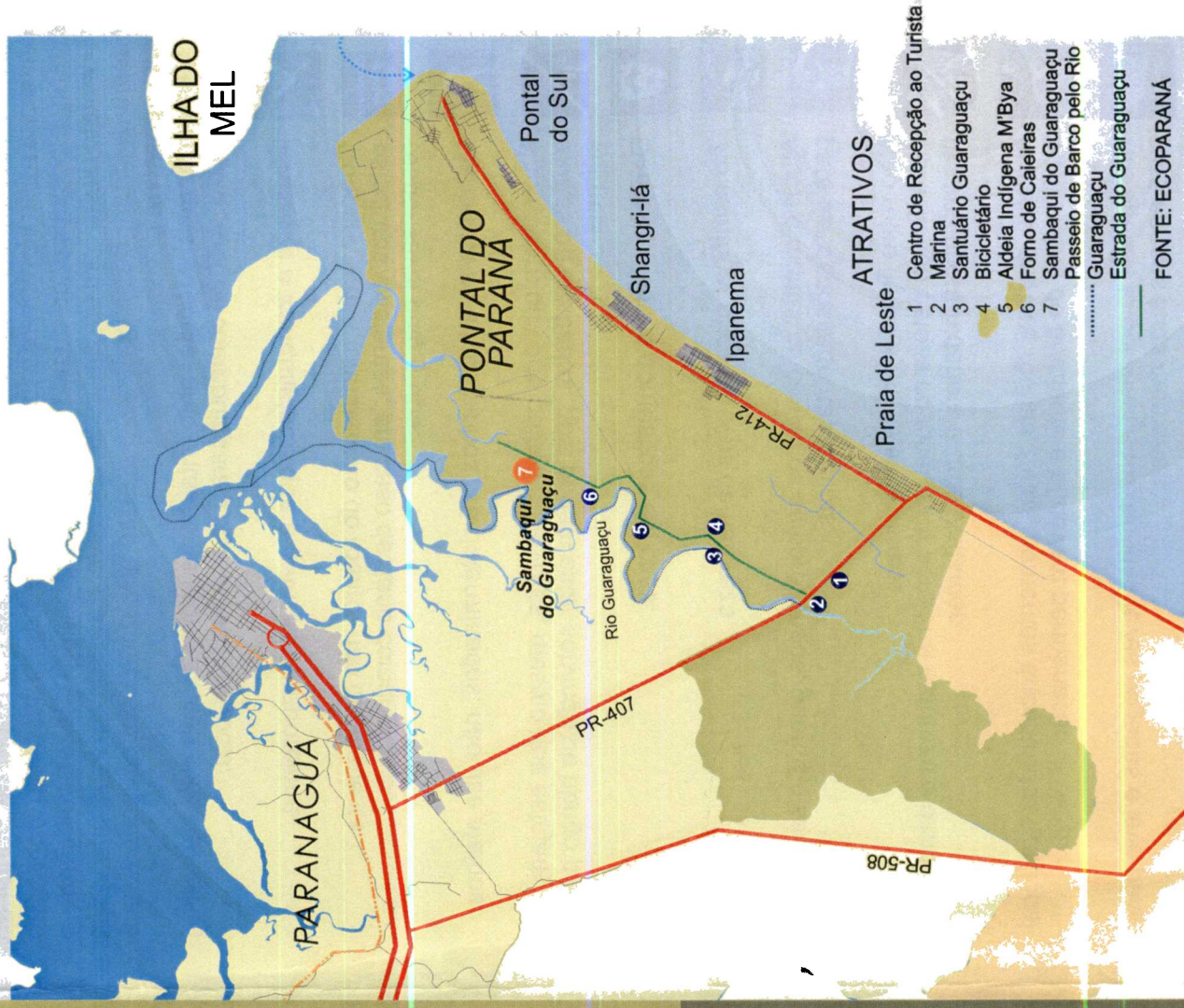
O passeio pode ser realizado também de bicicleta, disponível para locação no roteiro.

No quadro abaixo é possível observar o que cada propriedade incluída no roteiro oferece:

Propriedade	Marina	Santuário Guaraguaçu	Bicicletário
	<ul style="list-style-type: none"> - Hospedagem - Alimentação - Passeio de barco - Observação da fauna e flora - Pesca esportiva - Banheiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Alimentação - Observação de fauna e flora in situ - Passeios de caiaque - Banheiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Aluguel de bicicletas para o passeio - Local de descanso - Bebedouros - Banheiros

ATRATIVOS

O roteiro do Guaraguaçu é composto pelos seguintes atrativos: marinas, rio Guaraguaçu, Estrada Ecológica do Guaraguaçu, Santuário Guaraguaçu, Bicicletário, Aldeia Indígena M'Bya, Forno de Caieiras e Sambaqui do Guaraguaçu. Podem ser realizados passeios pelo rio até a baía de Paranaguá.



ANEXOS

ANEXO 1

ESQUEMA DA CONSTRUÇÃO DO SAMBAQUI

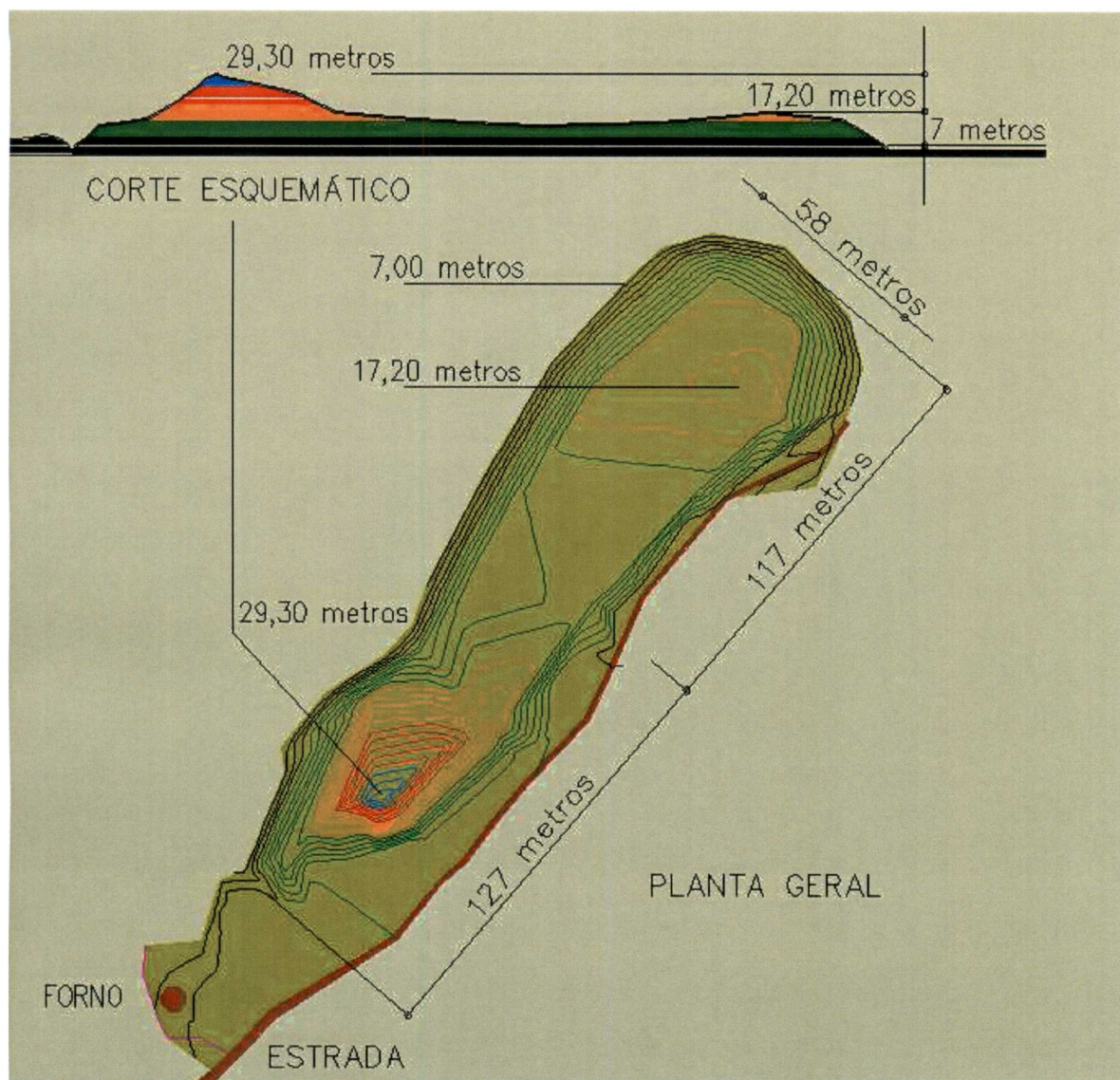


FONTE: REVISTA ESCOLA (2008)¹¹

¹¹ O Brasil antes do Brasil. Revista Escola. São Paulo: Ed. Abril, n. 212, p. 42-49, maio 2008.

ANEXO 2

CORTE ESQUEMÁTICO DOS SAMBAQUIS A E B DO GUARAGUAÇU



FONTE: SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ, SEEC.¹²

¹² Disponível em

<<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos//benstombados/File/tombados/PPR1-013P.jpg>>

Acesso em: 06 jun 2008.

ANEXO 3

FOTO
FOTOS DO SAMBAQUI DO GUARAGUAÇU

FONTE: SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ, SEEC¹³



FONTE: ECOPARANÁ, 2007.

¹³ Disponível em

<<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos//benstombados/File/tombados/PPR1-013F.jpg>>

Acesso em: 06 jun 2008.